

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

As metamorfoses do Antipetismo: um partidarismo negativo estável?

Silvana Krause, Thiago da Silva Sampaio, João Cardoso L. Camargos

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17425>

Submetido em: 2026-08-14

Postado em: 2026-08-18 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

As metamorfoses do Antipetismo: um partidarismo negativo estável?

The Metamorphoses of Antipetismo: A Stable Form of Negative Partisanship?

Silvana Krause

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

krauseufrgs@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5977-5175>

Thiago da Silva Sampaio

Universidade Federal do Pampa

thiagosampaio@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-1178-0746>

João Cardoso L. Camargos

University of North Carolina at Chapel Hill

Joao_C_Camargos@unc.edu

<https://orcid.org/0000-0001-7181-3461>

Resumo

O declínio da identificação partidária tem ampliado o interesse pelo estudo do partidarismo negativo, entendido como a rejeição afetiva a partidos específicos. Este artigo analisa a evolução do partidarismo negativo no Brasil entre 2002 e 2022, com ênfase no antipetismo, utilizando as seis ondas do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB). Distinguimos analiticamente o antipartidarismo da rejeição a partidos específicos e operacionalizamos o partidarismo negativo por meio da escala de sentimentos partidários. Combinando análises descritivas, regressões logísticas e modelos de aprendizado de máquina, examinamos o perfil dos eleitores antipetistas e o impacto desse sentimento sobre o voto e a avaliação de governo. Os resultados mostram que o antipetismo se consolidou como uma identidade política negativa estável, especialmente após 2018, tornando-se mais frequente entre eleitores de direita, com maior escolaridade e idade mais elevada. Além disso, o antipetismo emerge como um importante preditor do comportamento eleitoral e das avaliações de governo no Brasil.

Palavras-chave: partidarismo negativo; antipetismo; polarização política; comportamento eleitoral; eleições no Brasil.

Abstract

The decline of party identification has increased scholarly interest in negative partisanship, understood as affective rejection toward specific political parties. This article examines the evolution of negative partisanship in Brazil between 2002 and 2022, with a particular focus on anti-PT sentiment, using data from the six waves of the Brazilian Electoral Study (ESEB). We distinguish analytically between anti-party sentiment and rejection of specific parties, operationalizing negative partisanship through the party feeling thermometer. Combining descriptive analyses, logistic regression models, and machine learning techniques, we examine the profile of anti-PT voters and the impact of anti-PT sentiment on vote choice and government evaluations. The findings show that anti-PT sentiment has consolidated into a stable form of negative political identity, particularly since 2018, becoming more prevalent among right-wing, older, and more highly educated voters. Moreover, anti-PT sentiment consistently predicts both

electoral behavior and evaluations of government performance, highlighting its central role in the recent realignment of Brazilian electoral politics.

Keywords: negative partisanship; antipetismo; political polarization; electoral behavior; Brazilian elections.

Introdução

Nas últimas décadas, vários estudos têm analisado os laços entre partidos e eleitores. Em sua maioria, os resultados apontam para a fragilidade dos vínculos partidários, baixos ou instáveis níveis de preferência partidária do eleitorado e uma crescente desconfiança em relação às agremiações partidárias. Esse cenário cria um ambiente profícuo não somente para sentimentos antipartidários, mas também para a rejeição específica a determinada legenda, tema que tem sido pouco investigado, o partidarismo negativo. As pesquisas também demonstram que a preferência partidária não é central na decisão do voto, pois outras variáveis interferem nesse processo.

As investigações sobre o antipartidarismo tradicionalmente analisam, de forma agregada, o eleitor que manifesta pouca relevância, resistência ou rejeição às legendas. Nesse sentido, partem de uma análise que não traça fronteiras claras que observem a heterogeneidade e a diversidade do fenômeno. É preciso considerar que o eleitor antipartidário manifesta variâncias: há aquele que reconhece a importância da existência de partidos, porém rejeita, peremptoriamente, todos os partidos ofertados no mercado político; há também eleitores que rejeitam todas as legendas por avaliá-las como indesejáveis ou mesmo nocivas para o funcionamento de um sistema político; ainda, observa-se o eleitor que rejeita apenas legendas específicas. Este é o cidadão que nos interessa investigar.

A partir dos dados das seis ondas do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) temos, primeiramente, o objetivo de observar comparativamente a evolução do antipartidarismo e do partidarismo negativo, entendendo este último como uma rejeição afetiva intensa que, embora frequentemente associada à decisão de nunca votar, é aqui operacionalizada pela escala de sentimentos partidários. Considerando a importância de estudos que busquem analisar especificamente o partidarismo negativo no Brasil e a recente emergência de pesquisas sobre o tema em diferentes democracias (Caruana et al., 2015; Abramowitz; Webster, 2018, Haime;

Cantú, 2022, Meléndez, 2022), almejamos contribuir com elementos que possam auxiliar na compreensão do fenômeno.¹

Em um segundo momento, pretende-se investigar especificamente o antipetismo e o perfil desse eleitor ao longo dos anos eleitorais, buscando identificar padrões. Há um antipetismo que apresenta um perfil estável e crescente? Ou ele apresenta traços e dinâmicas diferenciadas nos anos analisados, a indicar um fenômeno não consolidado?

Posteriormente, serão investigadas variáveis de perfil socioeconômico, região, posicionamento no espectro ideológico e preferência partidária, com o objetivo de avaliar quais dessas variáveis apresentam maior capacidade preditiva. Também serão analisadas a capacidade preditiva de avaliação de governo e a decisão de voto do antipetista.

O artigo está organizado da seguinte forma. Primeiro realizamos uma discussão da literatura sobre partidarismo negativo e, após, trazemos as opções metodológicas adotadas. Na terceira seção, por meio dos dados do ESEB, analisamos a evolução do antipartidarismo e do partidarismo negativo no Brasil. A seguir, nos concentramos na análise do eleitor que identificamos como antipetista. Na quinta seção, utilizamos um modelo de aprendizado de máquina que mostra a evolução do poder preditivo do antipetismo sobre o voto e a avaliação de governo. Por último, apresentamos nossas considerações finais.

Partidarismo negativo: diferenciando vínculos partidários e vertentes recentes na literatura

Na ciência política há inúmeros estudos clássicos consolidados sobre a relação entre o eleitorado e as organizações partidárias. A preferência partidária é uma delas, possui uma longa trajetória de pesquisa e sedimentou uma tradição de agenda de investigação (Downs, 1957; Campbell *et al.*, 1960; Converse, 1964; Pomper, 1975; Fiorina, 1981; Himmewit *et al.*, 1981; Sartori, 1982; Popkin, 1994). Suas preocupações se debruçam desde modelos teóricos concentrados na construção de definições, entendimento do fenômeno e sua natureza, identificação do perfil do seu eleitor até análises sobre seus impactos na decisão do voto, na estabilidade e no desenvolvimento das democracias representativas.

¹ Há uma agenda significativa de investigação para o caso brasileiro sobre sentimentos partidários: Carreirão (2007, 2008), Paiva, Braga e Pimentel (2007), Ribeiro, Carreirão e Borba (2011), Braga e Pimentel (2011) e Samuels e Zucco (2018).

Com o declínio da identidade e da preferência partidária em democracias maduras e jovens, a atenção também se concentrou em pesquisar o eleitor que não manifesta proximidade com as agremiações partidárias. Um universo, como já destacado anteriormente, composto por um leque diverso e com nuances de comportamento político heterogêneo. Citamos como destaque o trabalho de Dalton (2013), que delineou a emergência de um novo universo de perfil de eleitor não afeito às legendas, o **apartidário**, os **independentes apolíticos**, afora os **partidários rituais** e **partidários cognitivos**, que estabelecem links mais específicos com os partidos políticos. Dalton combina mobilização cognitiva (escolaridade, informação política, interesse por política) e identificação partidária (simpatia por partidos) para criar quatro perfis de eleitores. Os **apartidários** são os eleitores politicamente sofisticados, informados e críticos, que não se identificam com partidos, mas participam e se importam com política. Os **independentes apolíticos** são os “não partidários” por apatia, diferem dos apartidários porque não têm engajamento nem sofisticação política. Por sua vez, **partidários rituais** são eleitores fiéis ao partido, mas não muito informados e os **partidários cognitivos** são os eleitores mais politicamente sofisticados e engajados, com identificação partidária consciente e fundamentada. A tipologia oferecida por Dalton ajuda a entender como diferentes grupos se relacionam com os partidos, mas deixa uma lacuna a ser preenchida. Os apartidários e independentes não representam exatamente e necessariamente os eleitores com sentimentos negativos e de rejeição às legendas.

Com um esforço mais específico em identificar o eleitor com manifestações expressamente negativas em relação a partidos, há uma literatura que procura definir com mais precisão o **antipartidarismo**. Poguntke e Scarrow (1996, p. 259) afirmam que, de forma geral, é um fenômeno que mostra um eleitor com “desafeto em relação aos partidos, inclusive sua contestação” e se manifesta de forma mais radical ou conjuntural. Eles diferenciam duas formas de manifestação do fenômeno, o “**antipartidarismo cultural**” e o “**antipartidarismo reativo**”. O primeiro, mais radical, nega e rejeita o princípio de que partidos são necessários para um sistema político, simbolizando uma insatisfação sedimentada e generalizada. O segundo apresenta uma percepção mais conjuntural de desapontamento e desencanto com os partidos atuantes no mercado. No “**antipartidarismo reativo**” há o reconhecimento da importância dos partidos para o bom funcionamento da democracia representativa, porém, o eleitor desaprova os partidos que lhe são ofertados. Os autores ainda chamam a atenção para um fenômeno em que há uma manifestação de rejeição apenas a um partido específico, mas referindo-se ao contexto de rejeição dos eleitores aos partidos vinculados à experiência de sistema de partido

único do leste europeu, vistos como ameaça à estabilidade do sistema democrático representativo após a construção das novas democracias nos países (Poguntke; Scarrow, 1996, p.258).

Torcal, Gunther e Montero (2001) apresentam algumas distinções que diferenciam os impactos das duas formas do **antipartidarismo**. O cultural se caracteriza por ser longo, especialmente sustentado por uma tradição originada de experiências com regimes políticos instáveis, autoritários ou com eleições não competitivas. O reativo se fundamenta em sentimentos de insatisfação do eleitor no que diz respeito à atuação e ao desempenho das legendas. Este é predominantemente fruto de conjunturas políticas com escândalos, corrupção, governos mal avaliados, alterações de estruturas sociais fomentadas por processos de modernização, bem como transformações de relações das legendas com a sociedade. Importa ressaltar, porém, que essas duas formas podem estar presentes concomitantemente, associando uma tradição de cultura política avessa a partidos políticos com conjunturas políticas que aprofundam o **antipartidarismo**.

Uma dimensão que tem sido investigada mais recentemente é o **partidarismo negativo**, que diz respeito ao eleitor que rejeita radicalmente um partido específico. Embora o clássico trabalho de Campbell *et al.* (1960, p. 122) já tenha destacado que a vinculação partidária de indivíduos manifesta graus e intensidade de identidade negativa e positiva, não houve na obra a preocupação em desenvolver um conceito, perfil ou propor medidas para analisar mais especificamente os vínculos negativos que se manifestam nos eleitores.

A despeito do clássico trabalho de Lipset e Rokkan (1969) não caracterizar o fenômeno de identificação negativa a um partido específico, os autores chamaram a atenção para o fato de que a identificação partidária de um indivíduo pode ser associada, complementar e simultaneamente, pela rejeição de partidos concorrentes. Nesse sentido, a causa da rejeição estaria associada a clivagens de classe e/ou pertencimentos a grupos sociais, étnicos e religiosos.

Na literatura também há um debate a respeito da rejeição a um partido específico estar vinculada a uma preferência partidária ou simplesmente ser contra um partido sem proximidade com uma legenda alternativa (Iyengar *et al.*, 2012; Iyengar; Krupenkin, 2018; Lee *et al.*, 2022). As investigações ainda destacam uma diferenciação de identidades partidárias, uma fundamentada em bases ideológicas e outra afetiva. Os achados se sustentam especialmente no caso dos Estados Unidos, que indicam uma fraca identidade partidária em bases ideológicas. Para que os partidos sejam vistos em termos ideológicos, seria necessário ter consciência de

suas posições políticas, mas a maioria dos americanos têm dificuldade em localizar corretamente os partidos. O contexto da existência de dois oponentes importantes no jogo da disputa política também pode desenvolver apenas uma face de uma mesma moeda, a ponto de estar associada, ao mesmo tempo, a uma rejeição a outro competidor. Esse “clima” bipolar foi identificado especialmente em países com sistemas bipartidários (Webster, 2018), de partidos dominantes ou em novas democracias do leste europeu (Rose; Mishler, 1998).

Por sua vez, Abramowitz e Webster (2016) demonstram, em um estudo sobre o caso americano, que na medida em que as identidades partidárias se alinham mais de perto com as divisões sociais, culturais e ideológicas da sociedade americana, os eleitores independentes, sem partido, têm desenvolvido sentimentos cada vez mais negativos em relação a um partido e a seus referidos candidatos. Um dos efeitos do partidarismo negativo é a polarização política e eleitoral, mobilizada pelo ressentimento (Abramowitz; Mc Coy, 2019).

Mais recente, o trabalho de Meléndez (2022) desenvolve uma tipologia em que diferencia o que chama de **pós-partidários e partidários negativos**. Os pós-partidários não rejeitam a política, mas não avaliam os partidos como forma central de representação, preferindo o engajamento direto, causas específicas e formas horizontais de participação. São os eleitores que não apresentam identificação com partidos, mas também não sentem rejeição intensa ou antipatia em relação às legendas. São os eleitores indiferentes aos partidos. Seria próximo ao que Dalton identificou de apartidários. O autor caracteriza em sua tipologia um outro tipo de eleitor, o partidário negativo. Este tem rejeição forte e consistente a um partido específico e essa rejeição estrutura suas escolhas políticas, e em quem votar. É um vínculo afetivo negativo, mas ainda assim é um vínculo partidário.

A tipologia de Meléndez (2022) é essencial para distinguir as orientações pós-partidárias, diferenciando o antipartidarismo e o partidarismo negativo (rejeição a partidos específicos). Essa distinção é crucial para o caso brasileiro, pois permite identificar se o antipetismo opera como uma identidade social negativa estruturada na aversão ao grupo externo (afeto negativo) ou como uma exclusão comportamental (disposição de nunca votar). No Brasil, essa dinâmica assume contornos de polarização afetiva, onde o “nós” contra “eles” é alimentado pelo ressentimento e por visões normativas divergentes sobre a democracia.

À luz desse debate, este artigo adota uma definição mais restrita de partidarismo negativo, compreendendo-o como uma forma de rejeição afetiva intensa direcionada a partidos específicos. Distinguímos analiticamente três dimensões: (i) a dimensão afetiva, expressa por avaliações negativas extremas; (ii) a dimensão identitária, relacionada à construção de

pertencimento negativo; e (iii) a dimensão comportamental, associada à recusa em votar em determinado partido.

Nosso foco empírico recai sobre a dimensão afetiva, operacionalizada pela atribuição de nota 0 na escala de sentimentos partidários para identificar o antipetista. Essa medida deve ser interpretada como um indicador de aversão afetiva intensa, não implicando equivalência automática com exclusão comportamental consistente, como a disposição de nunca votar em um partido.

Para o caso brasileiro há especialmente alguns estudos que reforçam o argumento da complexidade do fenômeno do **partidarismo negativo** quando investigam o denominado antipetismo (Borba et al., 2015; Paiva; et al., 2016; Borges; Vidigal, 2018; Samuels; Zucco, 2018, Borges; Vidigal, 2023) ou sua relação com a ascensão e reorganização da extrema direita no Brasil (Santana; Ferrario, 2024).

As investigações sobre o antipetismo concentram-se sobretudo em suas causas e bases sociais, destacando variáveis como avaliação retrospectiva, polarização afetiva e identidades políticas. Borba, Gimenes e Ribeiro (2015), inspirados na tipologia de Dalton (2013), chamam atenção para a centralidade do eleitor sem identidade partidária no Brasil. Apesar do aumento da escolaridade média, esse segmento não apresentou maior interesse ou participação política; ao contrário, em 2012, 63,3% do eleitorado foi classificado como independente apolítico. Nesse contexto, a avaliação negativa do governo Dilma Rousseff emerge como o principal fator associado ao antipetismo, juntamente com o voto em candidatos do PSDB nas eleições presidenciais. Esses dois elementos, a avaliação retrospectiva negativa e o alinhamento oposicionista, constituem o núcleo explicativo do fenômeno, indicando que o antipetismo não se reduz a uma rejeição difusa à política, mas se configura como uma rejeição específica ao PT, ancorada tanto em julgamentos de desempenho quanto em escolhas eleitorais (Paiva; Krause; Lameirão, 2016).

Em complemento, Borges e Vidigal (2018) argumentam que o antipetismo não se origina de um conflito ideológico estruturado entre esquerda e direita, mas se consolida como um sentimento partidário negativo com forte impacto sobre o comportamento eleitoral, elevando a probabilidade de voto em candidatos oposicionistas. Ainda que inicialmente desvinculado de clivagens ideológicas profundas, esse sentimento passa, ao longo do tempo, a se alinhar com posições de direita, tornando-se um marcador identitário desse campo político. Nessa mesma direção, Samuels e Zucco (2018) destacam que os sentimentos políticos no Brasil

gravitam em torno do Partido dos Trabalhadores, estruturando uma divisão entre petistas e antipetistas que não se baseia em clivagens sociológicas ou preferências por políticas públicas, mas em visões normativas sobre a política e a democracia. Enquanto os petistas tendem a valorizar a democracia como instrumento de transformação social, os antipetistas demonstram menor compromisso com esse regime e maior aversão à mudança, sendo o antipetismo, nesse sentido, uma consequência não intencional da própria mobilização petista.

Por fim, evidências mais recentes indicam que o antipetismo também se articula com clivagens ideológicas mais amplas. Santana e Ferrario (2024) mostram que, na eleição de 2018, padrões clássicos de diferenciação entre esquerda e direita se manifestam de forma consistente: o voto à esquerda permanece associado a temas como emprego, renda e capacidade estatal, enquanto o voto à direita se concentra em valores como conservadorismo nos costumes e maior tolerância à desigualdade. Em conjunto, esses estudos sugerem que o antipetismo deve ser compreendido como um fenômeno multifacetado e heterogêneo, que combina avaliação de desempenho governamental, identidades partidárias negativas e, progressivamente, convergências com posicionamentos ideológicos mais estruturados. Assim, podemos afirmar que os estudos indicam que o antipetista precisa ser entendido como um fenômeno multifacetado e heterogêneo: parte desse eleitorado apresenta uma preferência partidária, outra manifesta sua rejeição ao PT por variáveis de avaliação de desempenho de governo, e surpreendentemente com convergências no posicionamento ideológico.

O partidário negativo: qual seu perfil? Como decide seu voto?

Os estudos mais específicos sobre “**o partidarismo negativo**” ainda são recentes. De forma geral, as pesquisas se debruçam em analisar dimensões distintas a respeito do fenômeno, mas nos chama a atenção que são praticamente inexistentes investigações que objetivem traçar uma radiografia socioeconômica desse eleitor em distintas fases temporais. Isso tanto do ponto de vista de um estudo de caso como também em uma perspectiva mais ambiciosa, com estudos comparados. Entendemos ser de fundamental importância decifrar esse eleitor, tanto no sentido de trazer luz para a compreensão das causas desse fenômeno, ou seja, responder à pergunta se esse eleitorado advém de um ambiente socioeconômico comum ou diferenciado, ou ainda se há outras variáveis pertinentes que produzem o partidário negativo.

Operacionalização do conceito

Como já destacamos, o partidário negativo se diferencia do antipartidário. Para primeiramente identificar o eleitor que se vincula ao partidarismo negativo, utilizamos as ondas 2002, 2006, 2010, 2014, 2018 e 2022 do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB). Em todas elas o entrevistado respondeu à seguinte pergunta: “Agora gostaria de saber com mais detalhes o que o(a) Sr(a) pensa de alguns partidos políticos. Por favor, use uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o(a) Sr(a) gosta do partido que eu vou mencionar: ...”. Além de aferir nota de zero a dez, o indivíduo tinha a opção de responder que não conhecia ou era indiferente a determinado partido.

Neste artigo, consideramos partidário negativo aquele que deu 0 para um partido específico ou para mais de um partido, isto é, rejeita radicalmente um ou alguns partidos, mas não respondeu 0 para todas as legendas ofertadas na pergunta. Esta medida operacionaliza o partidarismo negativo pela **dimensão afetiva** — a atribuição de nota 0 na escala de sentimentos partidários, entendida como aversão afetiva intensa. É importante distinguir essa dimensão da **dimensão comportamental** (a disposição explícita de “nunca votar” em determinado partido), que não é diretamente capturada pela escala de 0 a 10 do ESEB. Assim, os resultados aqui apresentados referem-se primariamente à rejeição afetiva extrema, não implicando necessariamente uma exclusão comportamental consistente em todos os contextos eleitorais (ver Meléndez, 2022, para distinções semelhantes entre identidades negativas afetivas e comportamentais densas).

A) Antipartidário: eleitor deu necessariamente 0 a todos partidos.

B) Partidário negativo: eleitor deu 0 somente para um partido; ou eleitor deu 0 para mais de um partido, mas não deu 0 para todos os partidos.

Para garantir a robustez dos achados frente a operacionalizações mais amplas utilizadas em outros estudos (como as escalas 0–1 ou 0–3), realizamos testes de robustez com limiares alternativos (0-1 e 0-3). Esses testes confirmam a estabilidade das tendências longitudinais principais, independentemente do rigor do limiar adotado (ver Anexo 3). A escolha pelo limiar mais rigoroso (apenas nota 0) privilegia a identificação de casos mais extremos de rejeição, reduzindo o risco de inflar artificialmente a incidência do fenômeno.

Estudos anteriores tradicionalmente englobam esses eleitores no conjunto de antipartidários ou então definem como partidário negativo o eleitor que, na escala de 0 a 10 do ESEB, localizou-se nos valores de 0 a 3 com relação a uma legenda (Ribeiro et al., 2016; Borges; Vidigal, 2018; Rodrigues, 2020). Nossa opção foi identificar o partidário negativo como aquele que se posicionou radicalmente em seu sentimento de rejeição, pois entendemos que considerar uma variação de 0 a 3 não define exatamente um partidário negativo robusto. Isso porque estaria englobando um eleitor com sentimento de avaliação não positiva de uma legenda, mas não exatamente de rejeição. O Quadro 1 apresenta os partidos presentes em cada avaliação².

Quadro 1 – Variáveis de partidarismo negativo

Eseb – 2002	Eseb – 2006	Eseb – 2010	Eseb – 2014	Eseb – 2018	Eseb-2022
PT	PT	PT	PT	PT	PT
PDT	PDT	PDT	PDT	PDT	PDT
PSDB	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB
PFL	PFL	DEM	DEM	DEM	UNIÃO Brasil
PMDB	PMDB	PMDB	PMDB	MDB	MDB
PTB	PTB	PTB	PTB	PTB	
		PV	PV	PV	
		PSOL	PSOL	PSOL	PSOL
			PSB	PSB	
			PR	PR	
			PSC	PSC	
			PSD	PSD	PSD
				PPL	
				PCdoB	
				PSTU	
				PODEMOS	PODEMOS
				PATRIOTA	
				PP	
				DC	
				PSL	
				PRB	REPUBLICANOS
				NOVO	
				REDE	REDE
				PHS	

² Uma limitação importante da análise longitudinal diz respeito à variação no conjunto de partidos incluídos nas diferentes ondas do ESEB. Essa variação pode influenciar tanto o nível agregado de partidarismo negativo quanto o de sentimento anti-establishment, uma vez que a probabilidade de rejeição tende a aumentar conforme cresce o número de partidos avaliados. Ao mesmo tempo, amplia-se a exigência classificatória para o anti-establishment, já que cada indivíduo precisa rejeitar um conjunto maior de partidos para ser incluído nessa categoria. Para mitigar esse problema, privilegiamos análises comparativas focadas nos principais partidos presentes ao longo das ondas e interpretamos as tendências com cautela, reconhecendo possíveis efeitos de composição.

				PROS	
				AVANTE	
					PP
					PSB
					PL

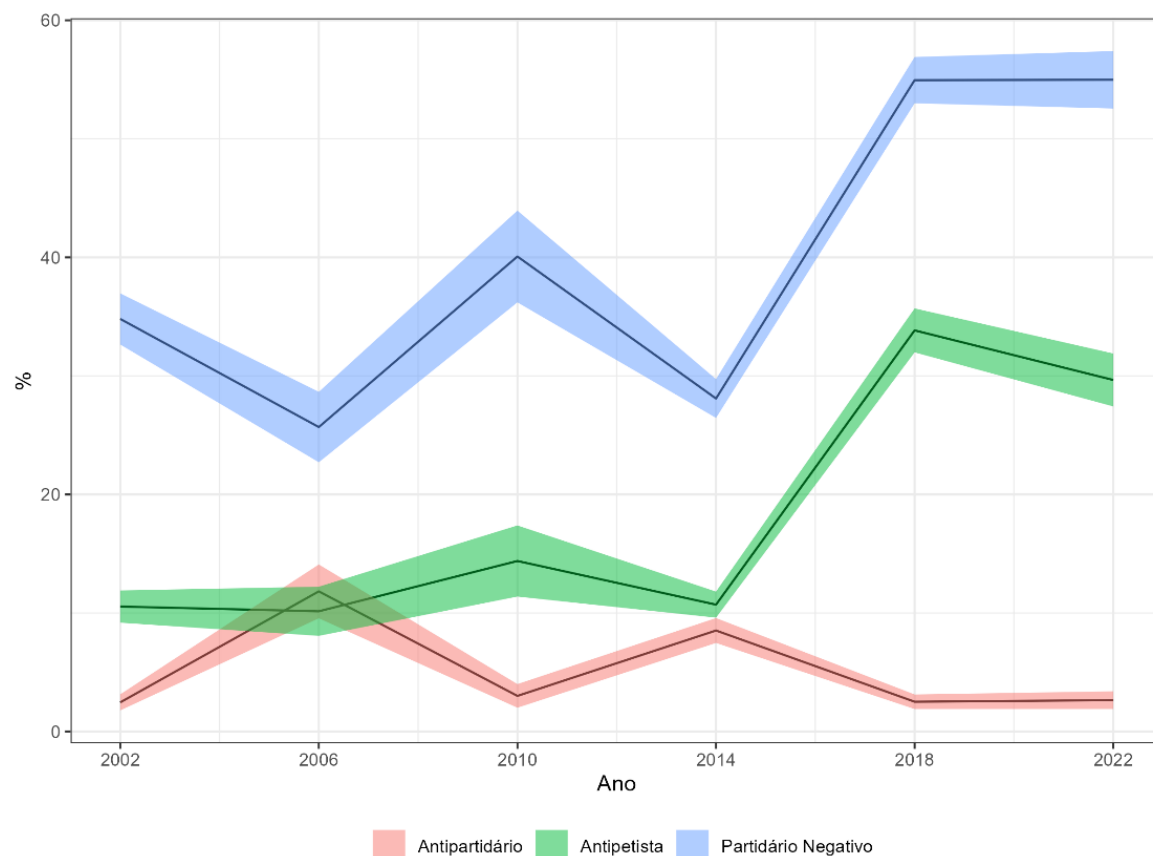
Fonte: Eseb (2002, 2006, 2010, 2014, 2018, 2022).

A evolução do antipartidarismo e do partidarismo negativo no Brasil

Samuels e Zucco (2018), em estudo que analisa os vínculos entre partidos e eleitores no Brasil, asseveram que tanto o partidarismo como o partidarismo negativo são fatores que definem o comportamento eleitoral de uma parte substancial do eleitorado. Também afirmam que desde a redemocratização atitudes positivas e/ou negativas têm moldado as escolhas do eleitorado brasileiro e concluem seu estudo chamando a atenção para a necessidade de incorporar o partidarismo negativo na agenda de estudos sobre as novas democracias. Os autores, ao utilizarem os dados do Eseb (2002-2018), não definem um único ponto de corte rígido na escala 0–10, mas deixam claro que valores muito baixos e consistentes (tipicamente 0, 1, 2 ou 3) no termômetro afetivo indicam partidarismo negativo — especialmente quando essa avaliação negativa é estável ao longo do tempo e dirigida a um partido específico. Nossa preocupação foi analisar um ponto de corte na dimensão extrema do partidarismo negativo, pois nosso foco foi detectar o “afeto negativo raiz”.

Observando a evolução do “partidarismo negativo” no Brasil, a partir dos dados das ondas de pesquisas do Eseb (2002-2022), é possível detectar que é um fenômeno de expressão a ser investigado, inclusive é muito mais expressivo que o antipartidarismo. Outro aspecto são as oscilações em sua dinâmica, apresentando instabilidade muito significativa. No âmbito do partidarismo negativo geral, dois momentos se destacam: o primeiro é o ano de 2010 e o segundo é 2018.

Gráfico 1 – Evolução geral do antipartidarismo, partidarismo negativo e antipetismo
(2002-2022)



Fonte: Eseb (2002, 2006, 2010, 2014, 2018, 2022).

Para entender melhor a dinâmica observada no gráfico acima é importante um olhar desagregado, que considera a saliência do partidarismo negativo por partido em cada onda. Nossa intenção, aqui, é apenas observar de forma comparada o peso do antipetismo em relação aos sentimentos de rejeição a outras legendas em cada ano. A Tabela 1 expressa uma dinâmica de oscilação significativa dos partidos que concentram a rejeição nas ondas. Do ponto de vista dos partidos mais rejeitados, chama primeiramente a atenção que no pódio de rejeição nas ondas de 2002, 2006 e 2010 está sempre o DEM. Em 2014 DEM e PT empatam. Somente em 2018 e 2022 o destaque é do PT. Mesmo na eleição de 2018, onde o antipetismo é reconhecidamente uma variável central para a compreensão do resultado do pleito (Nicolau, 2020), as maiores rejeições alcançadas em todas as ondas ocorreram em 2002, em relação ao DEM e ao PSDB.

De forma geral, o ano de 2002 apresentou os maiores percentuais de partidarismo negativo aos principais partidos atuantes no cenário político da nova democracia brasileira. Mesmo no ano da primeira vitória eleitoral do candidato do PT, é interessante observar que o partido apresentou um percentual de rejeição alto, apenas superado no ano de 2018.

Outro aspecto importante a ser observado é que, a partir da onda de 2006, há uma queda expressiva e relativa estabilização dos percentuais de partidarismo negativo das principais agremiações. Ela é alterada de forma significativa somente em 2018, especialmente com o crescimento do partidarismo negativo de quatro legendas importantes da nova democracia brasileira. O que robustece o argumento da literatura especializada, que constata o sentimento anti-establishment no eleitorado, expresso na alta rejeição política e seu impacto crescente na desestruturação do sistema partidário brasileiro a partir de 2016 (Krause; Schaefer, 2024; Melo, 2022). O PT amplia seus percentuais de partidarismo negativo com os escândalos midiáticos de corrupção, impactos da “Operação Lava Jato” e o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Por sua vez, seguem o PSDB e o PMDB/MDB, este mais diretamente exposto e envolvido com o governo Dilma Rousseff. Ambas as legendas estavam desgastadas e suas principais lideranças com dificuldades de administrar seus conflitos internos. O PFL teve nova denominação em 2007, o DEM. O Democratas fundiu-se com o PSL, criando o União Brasil, registrado no TSE em 8.3.2022³.

Tabela 1 – Evolução do partidarismo negativo por partido (%)

	Ano					
	2002	2006	2010	2014	2018	2022
PT	31	10	11	11	34	30
PSDB	38	12	14	9	19	16
PFL/DEM/UNIÃO BRASIL	46	16	19	11	15	14
PL						20
PMDB/MDB	35	12	12	9	18	16
AVANTE					12	
DC					12	
NOVO					11	
PATRIOTA					13	
PCdoB					18	
PDT	39	14	14	10	14	16
PHS					12	
PODE/PODEMOS					12	15
PP					16	16
PPL					13	
PR				11	13	
PRB					13	
PROS					13	
PSB				9	13	
PSC				11	13	
PSD				11	13	16
PSL/União					13	
PSOL			17	11	18	24

³ Cf. <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse/registrados-no-tse> e www.uniaobrasil.org.br

PSTU					15	
PTB	37	16	16	10	14	
PV			11	10	13	
REDE					13	16
Republicanos						15
PSB						15

Fonte: Eseb (2002, 2006, 2010, 2014, 2018, 2022).

O partidário negativo em relação ao PT: quem é?

O PT tem sido objeto de muitas investigações, em várias dimensões: do ponto de vista de sua organização e dinâmica interna (Meneguello, 1989; Ribeiro, 2010; Hunter, 2008), eleitorado (Singer, 2010; Oliveira, 2021), lideranças (Rodrigues, 2009), no Poder Executivo (Amaral, 2010; Bezerra, 2019) e enquanto balizador da competição política (Meneguello, 2012).

Contudo, para que o engajamento com essa literatura transcenda o caráter referencial, é preciso articular as múltiplas fontes do antipetismo — que abrangem oposição ideológica, avaliações retrospectivas de desempenho, rejeição moralizada ligada à corrupção e hostilidade baseada na identidade — à estratégia empírica aqui adotada. Ao testar variáveis de escolaridade e ideologia, o modelo busca capturar a hostilidade baseada na identidade e a oposição estruturada em torno de visões normativas sobre a democracia. Paralelamente, a análise das atitudes eleitorais permite distinguir o partidarismo negativo baseado em questões instrumentais daquele mobilizado por uma rejeição moralizada.

Com o objetivo de encontrar padrões em cada onda, analisamos a evolução do perfil do eleitor que manifesta rejeição ao PT (antipetista) e do que não manifesta (não antipetista). Para tanto, utilizamos seis modelos de regressão logística, um para cada pleito, tendo essa variável dicotomizada como variável dependente. Inserimos como variáveis independentes no modelo as demográficas (sexo, escolaridade, idade e região), políticas (autolocalização ideológica e existência de preferência por um partido).

A perspectiva de análises sobre o movimento de rejeição específica ao partido tem emergido com atenção em vários estudos, desde preocupações com foco na mobilização de narrativas de agendas identitárias e pertencimento a religiões (Nogueira, 2017; Aquino, 2019; Oliveira *et al.*, 2020; Araújo, 2022), emergência de uma nova direita (Telles, 2016), estruturação de decisão eleitoral pelo ativismo nas redes sociais (Davis; Straubhaar, 2020), preferência partidária por outra legenda (Paiva; Krause; Lameirão, 2016) e perfil

sociodemográfico (Ribeiro *et al.*, 2016). Investigar o outro “lado da moeda” ainda é um desafio. A trajetória do “antipetismo” sob o olhar de sua natureza, composição, suas razões e consequências em uma perspectiva comparada é um campo ainda pouco pesquisado. A identificação negativa tem se consolidado com um perfil estável? Ou o perfil é heterogêneo de acordo com as circunstâncias?

Nessa linha, Mangolin (2017) chama a atenção para o fato de que o antipetismo tem uma motivação que não se reduz ao campo de eleitores do campo da direita, destacando que a esse grupo também se acoplaram as “viúvas do PT”, descontentes com os rumos da atuação da legenda no governo. Rocca Rivarola (2020) destaca as transformações de motivações desse eleitorado ao longo da existência do partido. Em um primeiro momento, foi especialmente mobilizado pelo “medo da esquerda”, diluindo-se especialmente com a experiência do partido no Poder Executivo. A partir dos escândalos do “mensalão” (2005) e, posteriormente, das jornadas de junho de 2013, a rejeição ao partido se fundamentou em mobilizações nas ruas, com clivagens étnicas, sociais e de gênero, sobressaindo-se o combate à corrupção e a defesa de costumes. Já na onda da eleição de 2018, o antipetismo foi fomentado pelo resgate do anticomunismo nacionalista junto com as agendas de anticorrupção, usando como referência a operação LavaJato e a agenda de costumes. A mesma agenda, com temas relacionados aos costumes (direitos das minorias, direito ao aborto), um forte discurso anticomunista e demonização da esquerda, foram retomados em 2022, bem como a forte crítica à candidatura do presidente Lula após sua liberação da prisão, em novembro de 2019.

Com o objetivo de encontrar padrões em cada onda, primeiramente analisamos a evolução do perfil do eleitor que manifesta rejeição ao PT (antipetista) e do que não manifesta (não antipetista). Para tanto, utilizamos seis modelos de regressão logística, um para cada pleito, tendo essa variável dicotomizada como variável dependente. Inserimos como variáveis independentes no modelo as demográficas (sexo, escolaridade, idade e região)⁴, as políticas (autolocalização ideológica e existência de preferência por um partido). Assim, podemos olhar como cada variável se relaciona com a probabilidade de se declarar antipetista. As estimativas presentes nos gráficos a seguir apresentam as probabilidades preditas, mantendo as outras variáveis não apresentadas constantes, de acordo com uma referência,⁵ e a tabela de regressão

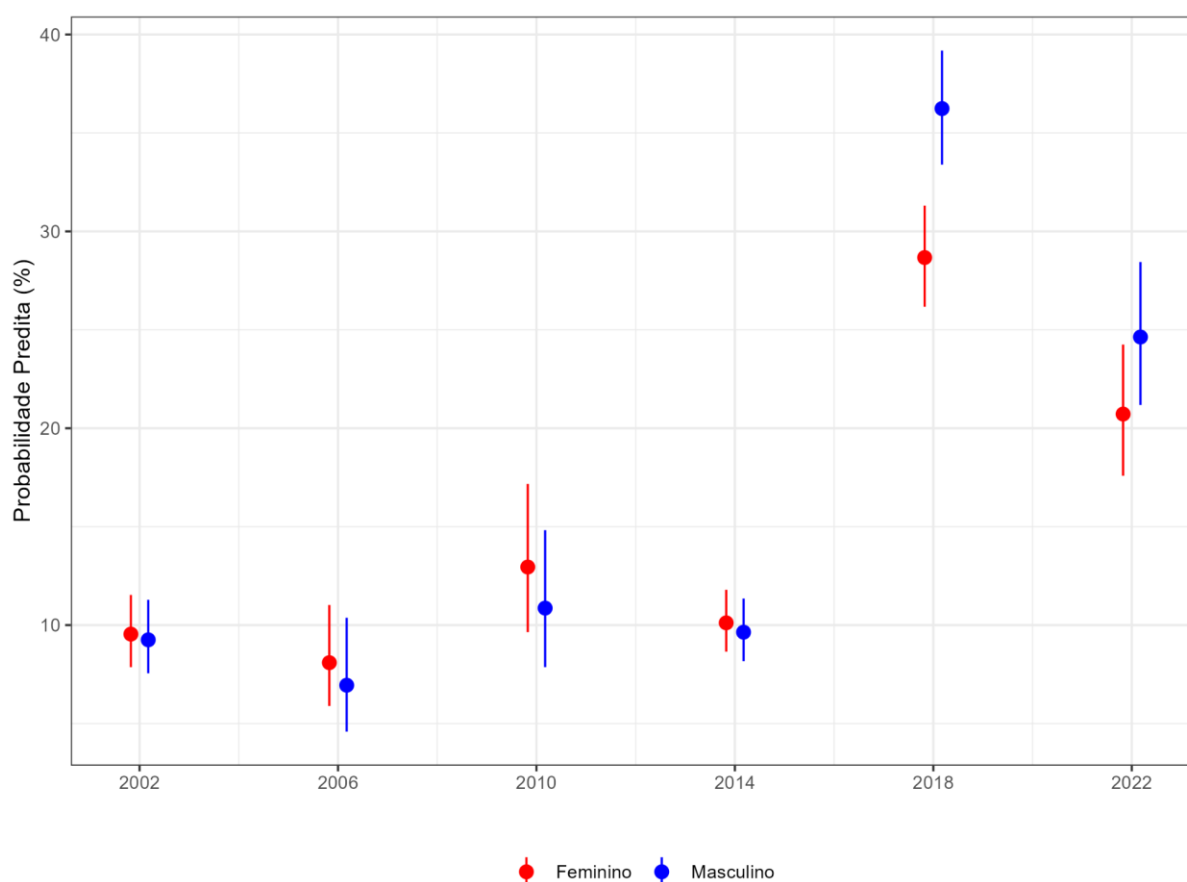
⁴ Não inserimos renda devido à forte relação com escolaridade, que leva a problemas de multicolinearidade no modelo e pode resultar em estimativas enviesadas.

⁵ Referência: sexo (feminino), escolaridade (analfabeto à fundamental comp.), faixa etária (até 24 anos), região (Nordeste), autolocalização ideológica (centro) e partidatismo (não possui partido). Nos gráficos, o círculo

com os coeficientes, as estimativas de erro e as medidas de ‘goodness of fit’, no Anexo 2. Dessa forma, conseguimos analisar como o perfil do antipetista variou ao longo do tempo ao analisar o comportamento dos preditores.

Iniciemos com o gênero. Há um padrão de gênero que define o antipetista e o diferencia do não antipetista durante todas as ondas analisadas? Conforme demonstra o Gráfico 2, houve uma alteração nos últimos dois anos observados. Inicialmente, as mulheres apresentavam igual rejeição ao PT em comparação aos homens, especialmente nos primeiros anos dos governos petistas. Entretanto, há indícios de uma mudança de padrão a partir de 2018, quando a liderança do antipetismo passa a ser masculina e em 2022 mantém o padrão. Nesse sentido, é possível perceber que o antipetista apresentou metamorfoses do ponto de vista de gênero. A análise do gênero dos antipetistas revela que as mulheres e os homens apresentaram ao longo do tempo mudanças significativas, demonstrando instabilidade no perfil de gênero do antipetista.

Gráfico 2 – Evolução do partidarismo negativo em relação ao PT por gênero



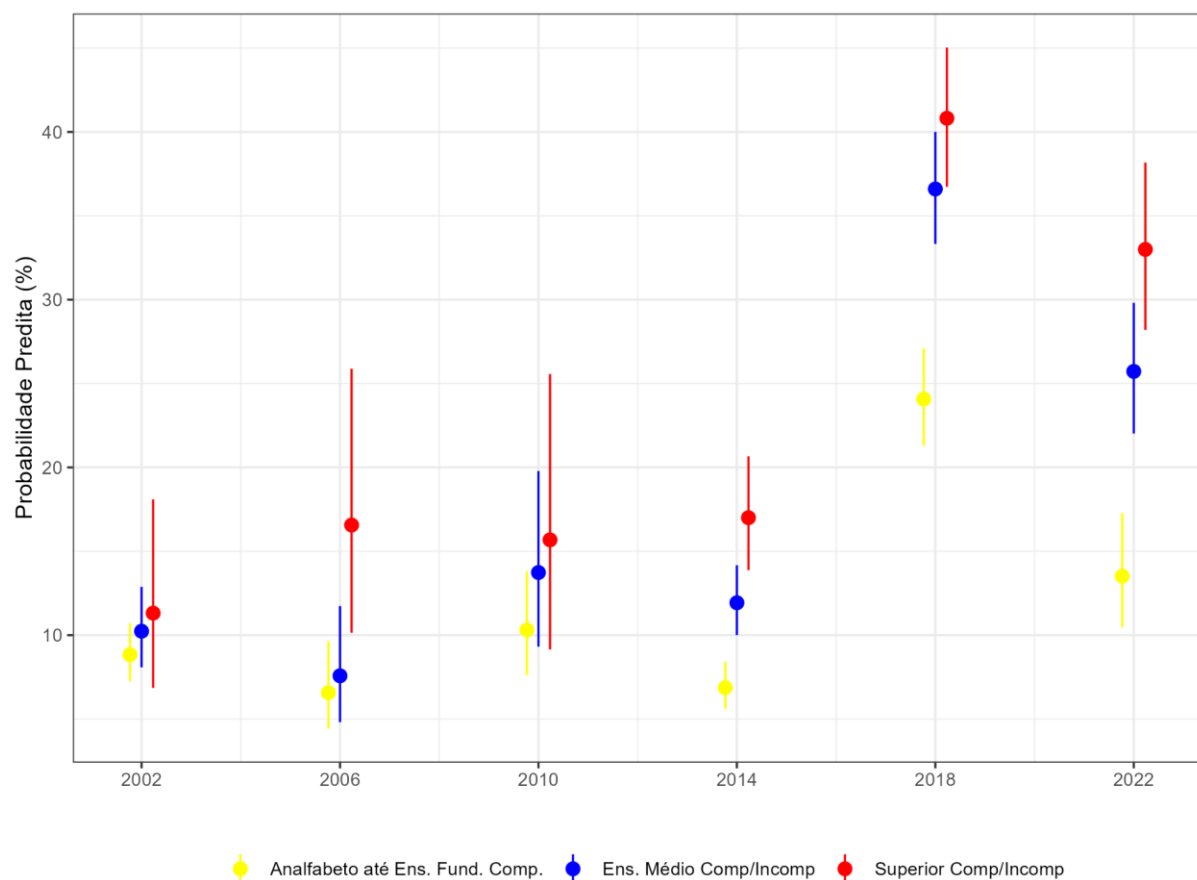
Fonte: Eseb (2002, 2006, 2010, 2014, 2018, 2022).

representa a estimativa pontual obtida pelo modelo, enquanto as linhas representam os intervalos de confiança em um intervalo de confiança de 95%.

Seguindo a proposta da análise descritiva, quando se observa, ao longo do tempo, o universo do antipetista e do não antipetista, há diferenças no que diz respeito à escolaridade, mas um padrão é detectado em todas as ondas. De acordo com o Gráfico 3, o eleitorado não antipetista predomina sempre no segmento de baixa escolaridade. Chama a atenção a maior expressão do antipetista com escolaridade de ensino superior em todas as ondas em relação ao não antipetista. O antipetismo no segmento de ensino superior apresenta a menor expressão no ano da eleição de entrada do PT na presidência do país, aumenta com o escândalo do mensalão (2005), diminui com a aprovação do governo Lula em 2010 e posteriormente fica em patamares maiores.

O aumento do antipetismo entre os indivíduos com educação superior pode refletir diferentes mecanismos. Uma hipótese recorrente na literatura associa esse padrão à maior exposição a informações críticas sobre o partido, especialmente os escândalos de corrupção. No entanto, estudos recentes sugerem que esse fenômeno também pode estar relacionado a dinâmicas mais complexas, como percepções de perda de status relativo entre grupos socialmente privilegiados (Samuels, Mello e Zucco, 2024). De acordo com esses autores, o ressentimento pela percepção de perda de status — social, racial e religioso — funciona como um motor central do antipetismo, especialmente entre homens e estratos de renda mais elevada. Como nossos modelos de regressão não incluem controles diretos para renda e religião (variáveis não disponíveis de forma consistente em todas as ondas do ESEB), parte do efeito positivo da escolaridade superior pode estar capturando indiretamente esses mecanismos de status. Dessa forma, interpretações baseadas exclusivamente em “acesso à informação sobre corrupção” devem ser feitas com cautela, pois podem ocultar clivagens identitárias mais profundas. A literatura sobre partidarismo negativo reforça que a rejeição ao PT não se baseia apenas em avaliações retrospectivas de desempenho, mas também em clivagens afetivas e identitárias que transcendem variáveis socioeconômicas tradicionais.

Gráfico 3 – Evolução do partidarismo negativo em relação ao PT por escolaridade⁶



Fonte: Eseb (2002, 2006, 2010, 2014, 2018, 2022).

O Gráfico 4 revela como o antipetismo varia significativamente entre as diferentes faixas etárias, com um crescimento acentuado em 45 anos ou mais, especialmente em 2018 e 2022. Os escândalos de corrupção e as crises econômicas parecem ter sido os principais fatores que impulsionaram a rejeição ao PT entre os eleitores mais velhos e economicamente ativos.

⁶ Os dados foram agregados em categorias que pudessem englobar as distinções existentes em cada ano.

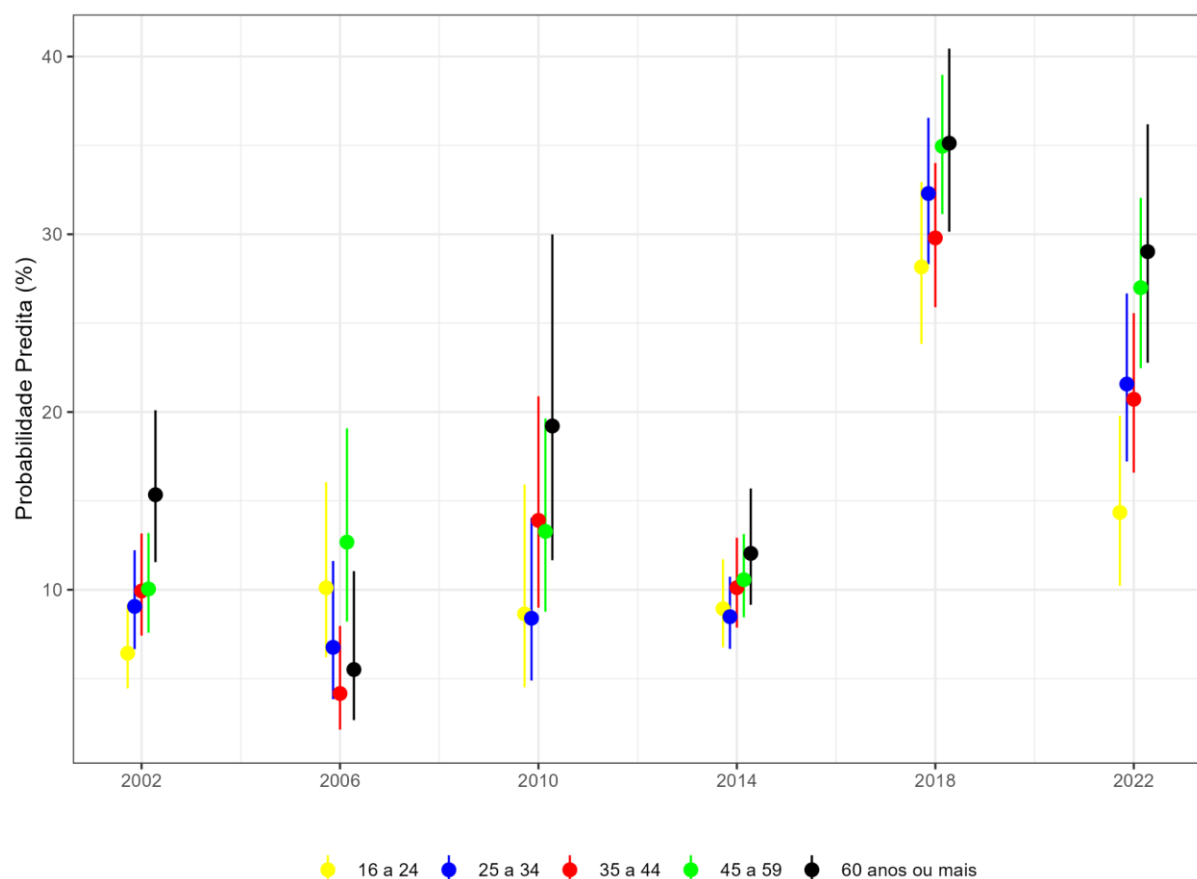
Por outro lado, os mais jovens têm menor propensão ao antipetismo, embora o discurso conservador tenha ganhado força entre eles nas eleições mais recentes.

Os eleitores com 60 anos ou mais mostram os maiores níveis de antipetismo em quase todas as eleições analisadas, com apenas 2006 como exceção, sendo um dos grupos que mais consistentemente rejeita o PT. Esse grupo apresenta picos de antipetismo em 2002 e 2010, com uma leve queda em 2014, mas volta a subir consideravelmente em 2018 e 2022. Esses picos podem estar relacionados ao impacto de escândalos de corrupção (como o Mensalão, em 2005) e à crise política e econômica que afetou o governo Dilma Rousseff.

Os eleitores mais jovens (16 a 24 anos) tendem a ser menos antipetistas. No entanto, essa faixa etária teve um crescimento de antipetismo em 2006. Em 2018, esse grupo aumentou, mas não tão acentuado quanto o que foi observado nas outras faixas etárias e, em 2022, é o menor segmento de antipetistas.

A maior incidência de antipetismo entre homens e eleitores a partir dos 60 anos pode ser entendida à luz da teoria do partidarismo negativo. Eleitores conservadores em valores sociais, bem como aqueles que divergem das políticas econômicas redistributivas do partido, convergem na rejeição ao que o PT simboliza. Essas populações podem ter sido particularmente receptivas à narrativa que associa o PT a políticas progressistas, como programas de redistribuição de renda, com destaque para o Bolsa Família, a implementação de cotas raciais e sociais nas universidades públicas, concursos públicos ou questões de gênero, como defesa de direitos das mulheres e da população LGBTQIA+. Esses eleitores rejeitam tais políticas não só por delas divergirem, mas também por representarem uma oposição ideológica mais ampla ao que o partido simboliza.

Gráfico 4 – Evolução do partidarismo negativo em relação ao PT por faixa etária

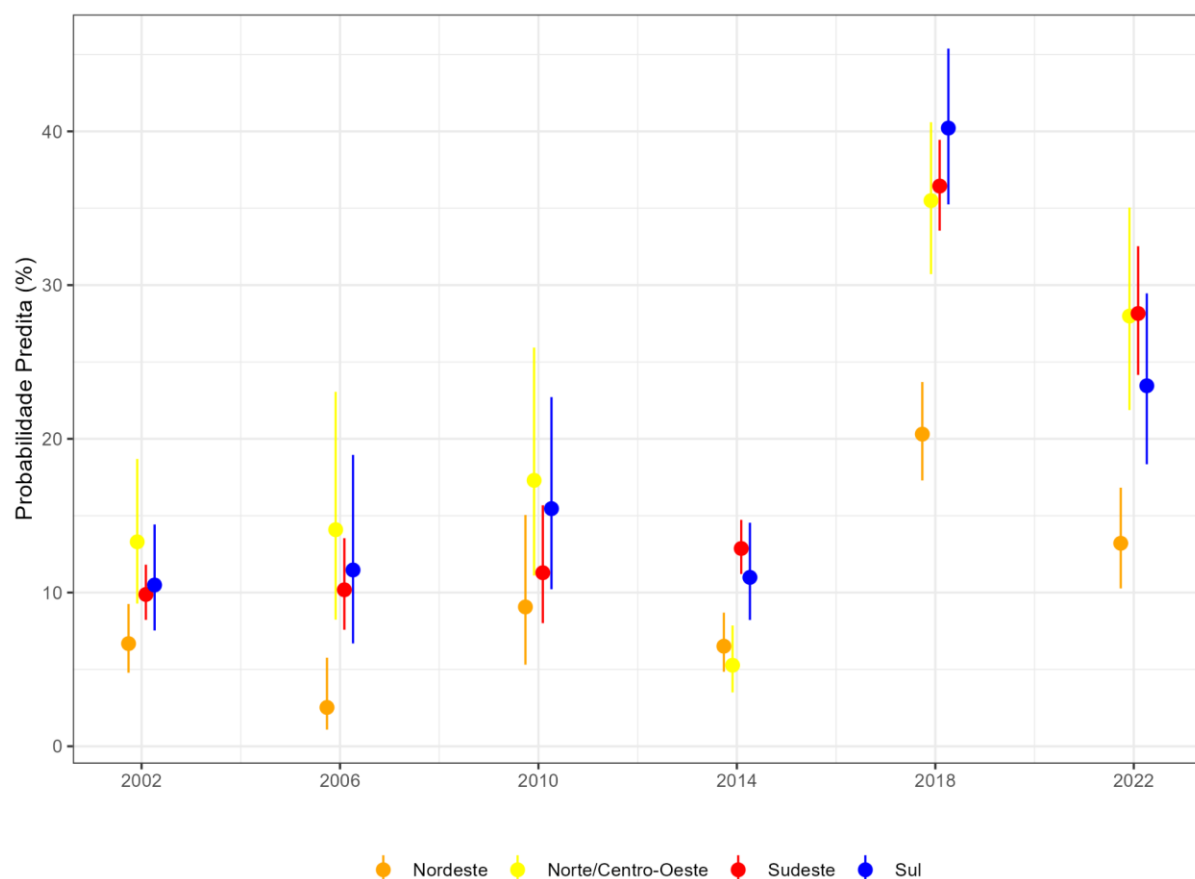


Fonte: Eseb (2002, 2006, 2010, 2014, 2018, 2022).

Como se observa no Gráfico 5, o partidarismo negativo se manifesta diversamente nas regiões brasileiras. Ao longo do período analisado, percebemos diferentes manifestações regionais de antipetismo. Há claras distinções entre as regiões e foi detectado um padrão regional. O Nordeste tem sido o principal reduto do PT e essa região se destacou por sua resistência ao antipetismo. No Gráfico 6, é possível observar que, em 2010, o antipetismo cresceu em todas as regiões, mas, nela, ainda conseguiu ter um número de antipetistas menor do que de não antipetistas.

Um olhar desagregado e comparativo de cada universo das regiões chama a atenção para o fato de que, ao longo da série histórica, não há diferença significativa entre três das quatro agregações de região analisadas. Apenas em 2014 o antipetismo teve menor prevalência no Norte/Centro-Oeste. Em todos os outros períodos não foram encontradas diferenças significativas entre o último, a região Sul e a Sudeste.

Gráfico 5 – Evolução do partidarismo negativo em relação ao PT por região



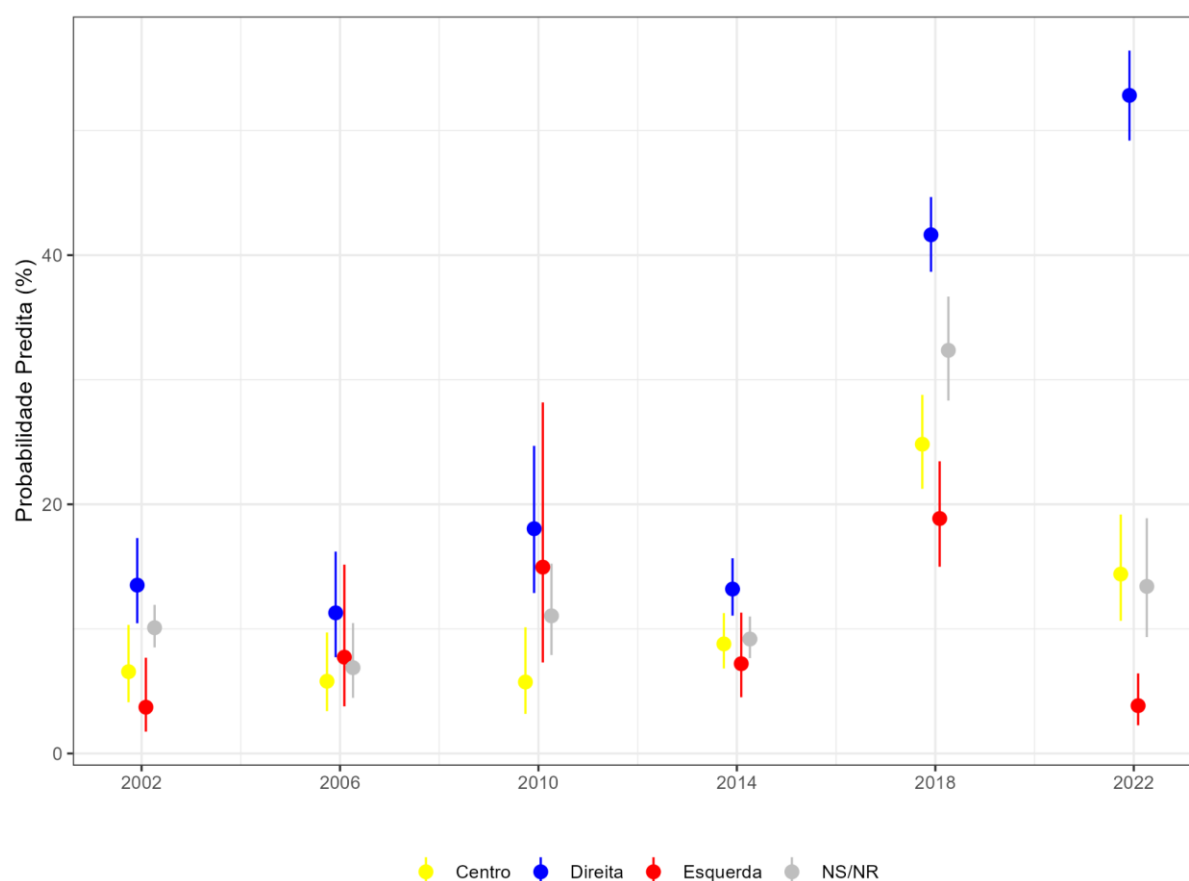
Fonte: Eseb (2002, 2006, 2010, 2014, 2018, 2022).

O eleitor antipetista demonstra uma solidificação de referências ideológicas ao longo do tempo? O Gráfico 6 evidencia que os eleitores que se identificam com a direita são os que mais manifestam antipetismo, com essa relação sendo significativa em 2002, mas, a partir do governo Lula, a relação entre ideologia e antipetismo se embaralha, perdendo a diferença nos pleitos subsequentes. É importante notar que a aparente falta de correlação entre ideologia e antipetismo até 2010 pode ser um artefato da mensuração baseada no autoposicionamento (que pode sofrer do fenômeno da 'direita envergonhada') em vez de posicionamentos sobre questões políticas concretas. Ademais, é importante considerar que a ideologia possui múltiplas dimensões — econômica, moral e cultural — que nem sempre se alinham de forma consistente no nível individual. Assim, o autoposicionamento ideológico pode ocultar combinações híbridas de preferências, o que limita sua capacidade explicativa isolada. Isso também limita a validade do autoposicionamento como medida única de ideologia. Ela volta a ser significativa a partir de 2014, quando a polarização política começa a ser um determinante mais forte. Esse fenômeno se desenvolve especialmente nas eleições de 2018 e 2022 e fez com que a rejeição ao PT se tornasse uma característica marcante dos eleitores de direita (Nunes; Traumann, 2023).

Ao mesmo tempo, o número de eleitores que se identificam com a esquerda e não rejeitam o PT também cresce novamente em 2022. Assim o partidarismo negativo se manifesta com mais intensidade em campos ideológicos auto posicionados opostos: a direita define seu comportamento político não apenas pelo apoio a suas propostas, mas principalmente pela rejeição ativa ao PT. Esse antagonismo é um aspecto central do partidarismo negativo, cuja identidade política é, em parte, formada pela oposição ao “outro” campo político, canalizado, sobretudo, pelo ex-presidente Jair Bolsonaro/PL (2019-2022),⁷ que mobilizou essa pauta ao longo da campanha presidencial de 2018 e gerou mais coerência ideológica entre o eleitorado (Russo; Pimentel; Avelino, 2022).

Gráfico 6 : Evolução do Partidarismo Negativo em relação ao PT por auto posicionamento ideológico

⁷ Jair Bolsonaro foi eleito pelo PSL, mas, em 2019, se desfilou do partido e permaneceu sem qualquer vínculo partidário por alguns meses, até se filiar ao PL. O PSL se fundiu ao Democratas em 2021, dando origem ao União Brasil.

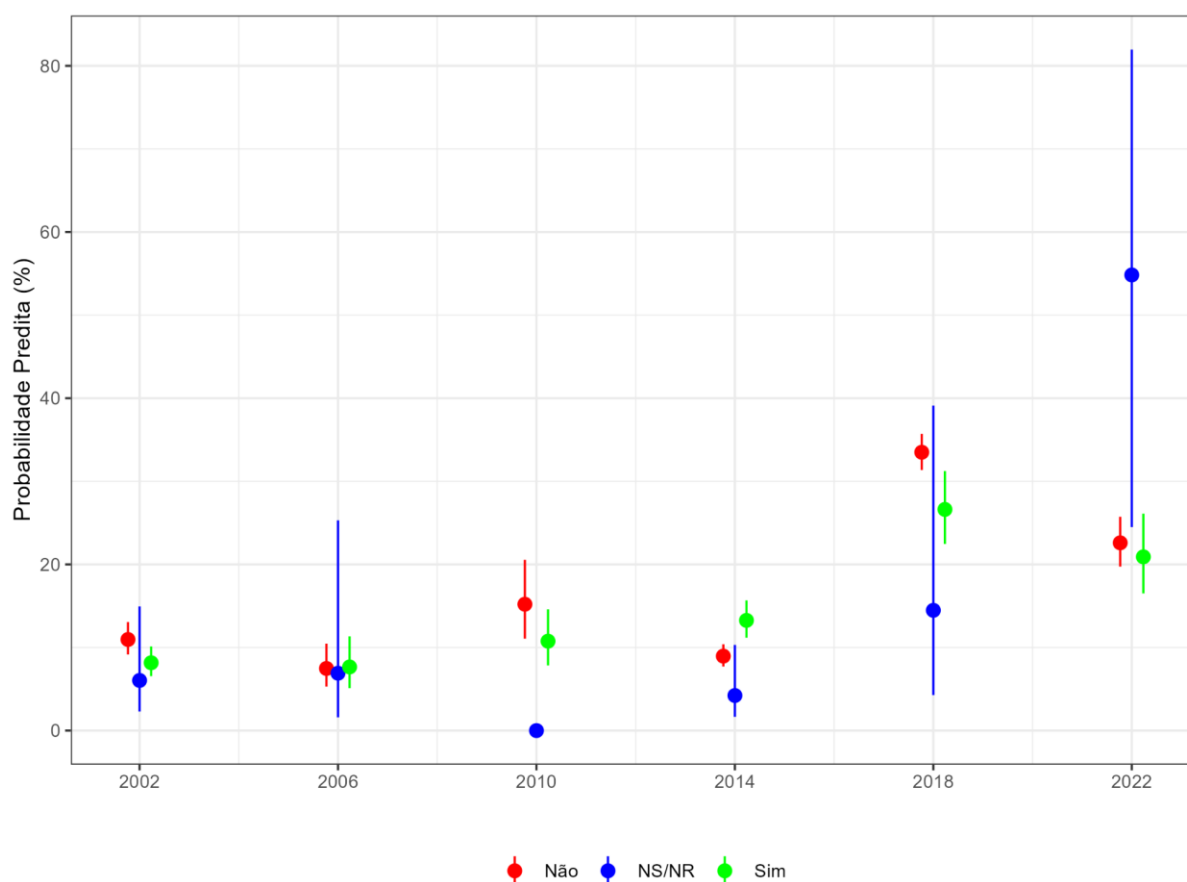


Fonte: Eseb (2002, 2006, 2010, 2014, 2018, 2022).

O Gráfico 7 mostra que, de forma geral, os antipetistas não manifestam uma preferência partidária, contudo, em 2014, apresentaram um comportamento diferente. Chama a atenção que, em 2022, uma diferença se destacou, o expressivo crescimento de antipetistas que manifestam não saber ou não responderam, apesar de essa relação não ser significativa em um nível de 95%.

Os dados indicam que o antipetismo é mais um sentimento de rejeição ao PT do que uma identificação com outro partido. Percebemos, em todas as ondas do Eseb, que o antipetista é um eleitor em sua maioria de direita, mas sem uma perspectiva partidária organizacional consolidada ao longo do período analisado. O pico do partidarismo negativo em relação ao PT, com eleitores que afirmaram não ter uma preferência de legenda, foi em 2018.

Gráfico 7 – Evolução do partidarismo negativo em relação ao PT por existência de preferência partidária



Fonte: Eseb (2002, 2006, 2010, 2014, 2018, 2022).

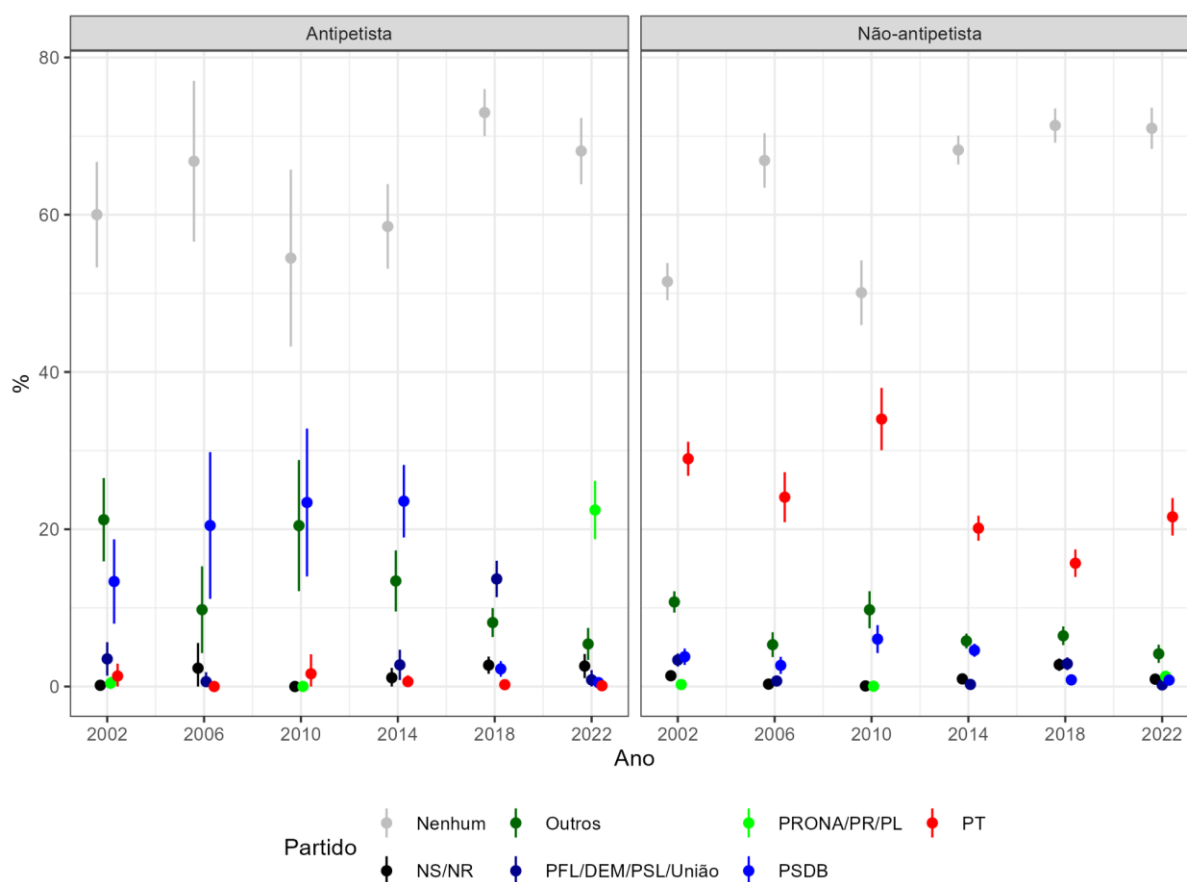
Os antipetistas não têm preferência partidária e, quando a expressam, preferem o PSDB e o PMDB, até a onda do Eseb realizada em 2018, como mostra o Gráfico 8, que fornece uma descrição dos partidos citados como preferidos em cada grupo.⁸ O cenário de envolvimento com escândalos de corrupção de importantes lideranças do PSDB e do PMDB é importante para entender esse descolamento, pois essas legendas, nesse ano, deixam de ser as preferidas dos antipetistas; o PSL toma a dianteira, quando o então candidato Bolsonaro estava filiado ao partido. A instabilidade de preferência partidária do antipetista se destaca, quando declara uma legenda de preferência. A personalização fica evidenciada em 2022: dos antipetistas com preferência partidária, o PL é o mais expressivo naquele ano.

Amaral (2020) aponta que a articulação entre antipetismo e conservadorismo foi um fator determinante no êxito eleitoral nas eleições presidenciais de 2018. Outro elemento

⁸ Vale ressaltar que a figura mostra apenas as estatísticas descritivas, sem contar com um modelo probabilístico para controlar tendências.

importante, ainda de acordo com o autor, foi o crescimento do eleitorado que se auto identificou à direita no espectro ideológico. Nesse sentido, essa eleição expôs o que já vinha sendo observado desde 2016, a ascensão da extrema direita no país. Um de seus resultados foi o começo do desalinhamento partidário, com o declínio de forças partidárias tradicionais e da polarização PT *versus* PSDB nas eleições presidenciais. Esses partidos vinham estruturando a competição há algumas décadas.

Gráfico 8 – Evolução do partidarismo negativo em relação ao PT por partido de preferência



Fonte: Eseb (2002, 2006, 2010, 2014, 2018, 2022).

Atitudes e voto: como se comporta o antipetista?

Por fim, concentramo-nos em entender as consequências atitudinais e comportamentais do antipetismo. Conforme afirmam Samuels e Zucco (2018, p. 28-31), desde a redemocratização os eleitores têm girado, basicamente, em torno de atitudes a favor ou contra o PT. Em sua gênese, o partido se apresentou como aquele que representaria os brasileiros que clamavam por mudanças econômicas e sociais. Ainda de acordo com os autores, aqueles que

se vincularam ao partido desde sua criação não só criaram a organização partidária, mas também uma subcultura que tinha capacidade de atração, um “eleitorado de pertencimento”, na acepção de Panebianco (2005). Por outro lado, muitos brasileiros se identificaram com uma visão distinta em relação à política, adotando uma posição de oposição ao partido e sua subcultura. Como exemplo, afirmam que, nos anos iniciais de sua formação, a crítica ao partido se concentrava em seu papel na liderança de greves, movimentos de protesto, associando o PT à **bagunça, baderna**, tumulto e desordem (Solano et al., 2018). Esses indivíduos ainda são numerosos no eleitorado brasileiro e tendem a ter medo das mudanças sociais, ademais de serem mais suscetíveis a questionar o valor da democracia. Assim, examinaremos como essa variável é capaz de prever atitudes e comportamentos; especificamente, analisaremos o poder preditivo do antipetismo sobre a avaliação do governo e a decisão de voto.

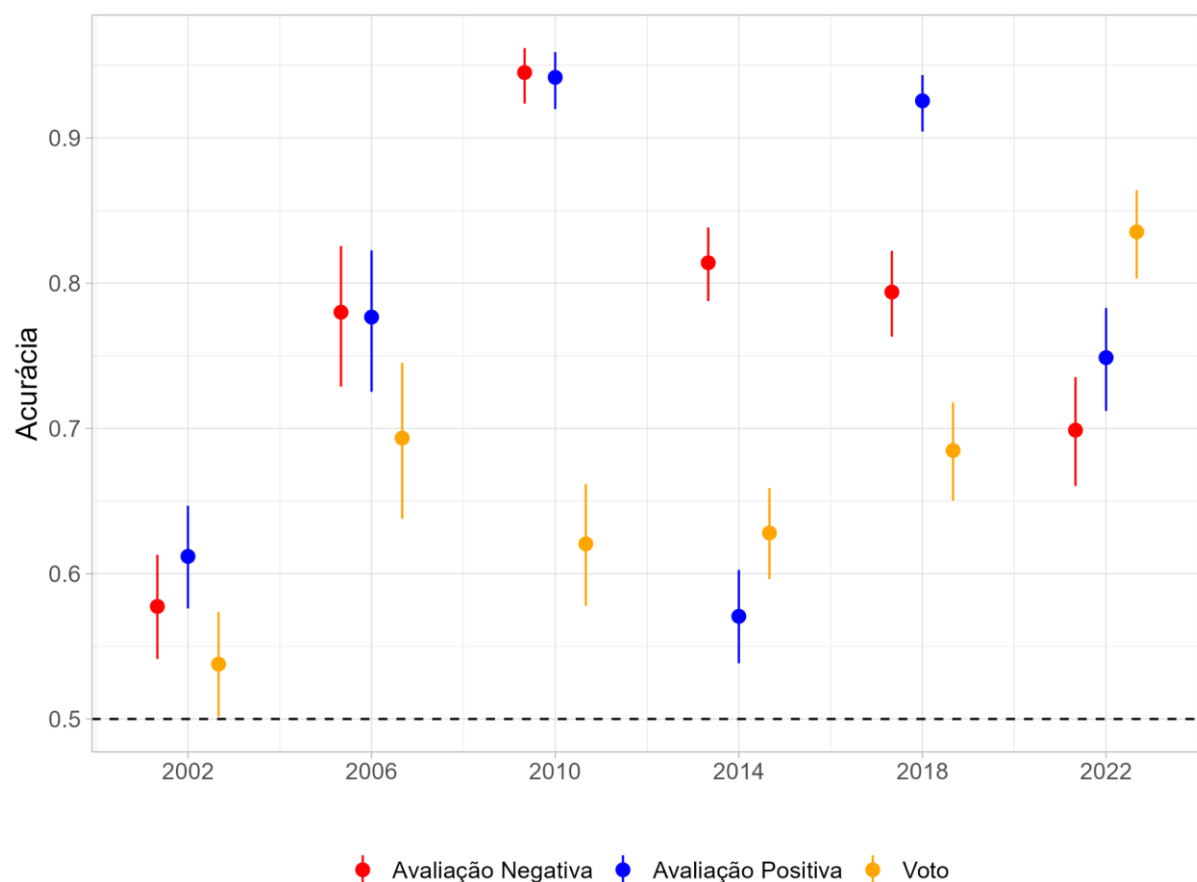
Com o objetivo de aprofundar a compreensão dos fatores que influenciam o comportamento eleitoral, aplicamos técnicas de aprendizado de máquina preditivo. Seguindo a metodologia proposta por Kim e Zilinsky (2024), buscaremos construir modelos robustos para prever a opção de voto e a avaliação do governo dos indivíduos. Assim, evitamos efeitos significantes, mas não substantivos, que podem ser derivados das correlações encontradas em modelos de regressão. Nesse sentido, a acurácia do modelo, ou seja, a capacidade de prever a variável dependente a partir dos valores da variável independente, será o principal estimador de interesse. A acurácia varia entre 0 e 1, de modo que modelos que acertam em torno do limiar de 0,5, no caso de variáveis dependentes binárias, têm o mesmo poder que um “chute” aleatório. Valores mais próximos de 1 indicam uma boa capacidade preditiva e próximos de 0 indicam um erro sistemático deste.

Para analisar o impacto do antipetismo sobre o voto e a avaliação de governo, optamos por modelos de aprendizado de máquina devido à superioridade dessa abordagem na identificação de interações complexas entre variáveis e à sua maior capacidade preditiva, reduzindo o risco de destacar efeitos apenas estatisticamente significativos, mas sem relevância substantiva no mundo real. Em contrapartida, na etapa voltada à identificação do perfil sociodemográfico do antipetista, utilizamos modelos de regressão logística, pois o objetivo central dessa fase é a inferência e a interpretação substantiva dos efeitos, e não o poder preditivo. A regressão logística permite examinar de forma mais direta a direção, magnitude e significância dos coeficientes e efeitos marginais, sendo, portanto, mais adequada para caracterizar perfis demográficos e políticos. Assim, as duas abordagens são complementares: enquanto a regressão logística favorece a construção de inferências claras sobre as

características associadas ao antipetismo, o aprendizado de máquina oferece maior capacidade para avaliar seu poder preditivo em cenários complexos, marcados por relações não lineares e múltiplas interações. Dessa forma, a escolha metodológica em cada etapa reflete a adequação entre técnica e objetivo analítico, e não uma hierarquia entre métodos.

Assim, construiremos três modelos bivariados de aprendizado de máquina para cada pleito, utilizando o antipetismo como variável independente em todos eles, a decisão do voto em um candidato do PT como dependente em um deles, e a avaliação positiva e negativa do governo nos modelos subsequentes. Optamos pela dicotomização das variáveis para facilitar a interpretação da acurácia, tendo o valor de 0,5 como base do modelo. Para a modelagem, utilizamos o algoritmo de *Random Forest*, que utiliza uma amostra aleatória de modelos de decisão baseado na estrutura de árvore, para gerar votos a respeito da categoria da variável de interesse (Montgomery; Olivella, 2018). A categoria mais ‘votada’ pelo conjunto de modelos é atribuída pela classificação do modelo. Para evitar efeitos de uma incisão aleatória com boas amostras, re-estimamos os modelos a fim de gerar intervalos de confiança da acurácia para um nível de 95%. Assim, conseguimos ver a mudança do comportamento das variáveis de interesse ao longo do tempo, de forma análoga ao procedimento aplicado para o caso brasileiro por Moreira e Camargos (2025). Para o treinamento do algoritmo, utilizamos a estratégia convencional e dividimos a base de dados em uma amostra aleatória, contemplando 70% das observações para o treinamento do modelo e os 30% restantes para validá-lo.

Gráfico 9 – Acurácia do antipetismo como preditor da decisão do voto e a avaliação do governo



Fonte: Eseb (2002, 2006, 2010, 2014, 2018, 2022).

O Gráfico 9 apresenta os resultados dos modelos estimados. Em 2002, o antipetismo conseguia prever melhor do que um chute aleatório a avaliação de governo, fosse positiva, fosse negativa. Contudo, sua acurácia ainda é baixa, indicando que não havia grande associação entre o antipetismo e a percepção do desempenho do governo do PSDB. O mesmo se pode dizer com relação ao voto: ainda que a margem de erro da previsão ultrapasse o *threshold* de 0,5, esse valor é o menor da série histórica. Assim, consistente com o esperado, o antipetismo não era um fator tão relevante na percepção do eleitorado antes dos governos petistas.

A partir de 2006, porém, observamos um salto no poder preditivo, sobretudo no que tange à avaliação de governo. Essa tendência também extrapola os governos do PT e passa a ser um determinante na avaliação de Michel Temer, em 2018 (ainda que parte da associação a Dilma Rousseff seja um fator a ser considerado), e Jair Bolsonaro, em 2022, ainda que em menor quantidade. Sobretudo, esse padrão se dá na capacidade de prever uma avaliação negativa, que passa a ser sempre acima de 0,7 e próximo a 0,8 durante o governo do PT. Aqui é também importante destacar a diferença no padrão em 2010, que pode ser explicado por dois motivos: o primeiro é a mudança realizada no questionário do Eseb, que reduziu o número de

opções de resposta, afetando a variação nas respostas e a estimativa do modelo. Já o segundo se dá pela aprovação recorde atingida ao final do segundo governo Lula, de modo que o antipetismo se condensou de forma quase determinística a avaliação negativa e positiva do governo. Quando se trata da avaliação positiva, chama a atenção a flutuação no poder preditivo, sobretudo a queda brusca em 2014. Tal resultado indica que, ao contrário de 2010, não ser antipetista tampouco estava relacionado a uma boa avaliação do governo, achado coerente com as manifestações generalizadas que começaram a ocorrer em 2013.

Por fim, no que tange à predição do voto, notamos novamente o aumento do poder preditivo do antipetismo a partir de 2006. No entanto, vale destacar que este foi maior no ano de 2022, durante a disputa entre o então ex-Presidente Lula e o incumbente Jair Bolsonaro. O antipetismo marcou essa disputa, mesmo após o mandato de Jair Bolsonaro e o governo Temer entre ambos. Assim, vemos como o antipetismo marcou e ainda marca a política nacional.

Considerações finais

A principal motivação deste artigo é contribuir para uma compreensão mais abrangente das múltiplas facetas e diferenças dos vínculos entre eleitores e partidos políticos. Interessamos, especificamente, investigar o partidarismo negativo, que só recentemente tem sido mais explorado pela literatura internacional e ainda pouco investigado no Brasil.

Primeiramente notamos a importância de diferenciar o antipartidário do partidário negativo. Esse olhar, analisando todas as ondas do Eseb, permitiu um achado. O partidarismo negativo é um fenômeno muito mais expressivo do que o antipartidarismo em todas as ondas. A investigação também revelou que o partidarismo negativo não é sempre e somente liderado pelo antipetismo, dado que, nas primeiras ondas (2002, 2006 e 2010), o partidarismo negativo se destacou na liderança por PFL/DEM/União Brasil, PSDB e PMDB/MDB.

Por sua vez, o artigo contribui para a compreensão das múltiplas facetas do partidarismo negativo, especificamente no contexto brasileiro, com ênfase na rejeição ao Partido dos Trabalhadores (PT), o chamado antipetismo. A análise revelou que o antipetismo é um fenômeno dinâmico e multifacetado, com variações significativas ao longo do tempo e entre diferentes grupos demográficos, mas há também continuidades ao longo do tempo.

No que diz respeito às variações e continuidades das variáveis sociodemográficas, observamos que a variável gênero apresentou descontinuidades. O antipetismo não possuía diferenças entre os gêneros até 2014, mas, a partir de 2018, predominou de forma expressiva e

crescente no gênero masculino. A variável escolaridade demonstrou uma estabilidade muito significativa. Em todas as ondas o eleitor antipetista predominou no segmento de nível de escolaridade superior, com mais intensidade a partir de 2018. Por sua vez, no segmento de baixa escolaridade, foi possível notar uma continuidade, sendo o antipetismo, nesse segmento específico, o menor em todas as ondas. O achado de que eleitores com ensino superior tendem a apresentar uma rejeição mais forte ao PT pode estar relacionado ao maior acesso a informações sobre os escândalos de corrupção envolvendo o partido e a uma percepção crítica em relação ao desempenho econômico dos governos petistas.

O antipetismo apresentou uma pequena estabilidade ao longo das ondas em relação à faixa etária. Em todas as ondas o segmento de antipetistas foi mais expressivo na faixa dos 60 anos ou mais, com exceção de 2006. Não é possível observar estabilidade nas outras faixas etárias nas diferentes ondas do Eseb, mas cabe destacar que os mais jovens (até 24 anos) mostraram uma menor rejeição ao partido nas duas últimas ondas, comparando com os outros segmentos, embora tenha aumentado nas ondas do Eseb mais recentes. As outras faixas etárias não tiveram diferenças significativas nas ondas.

Geograficamente, a região Nordeste é a única que se destaca consistentemente, sendo sempre significativamente menos antipetista que as demais. No geral, Sul e Sudeste concentram os maiores índices de antipetismo, refletindo um eleitorado mais conservador e crítico às políticas progressistas defendidas pelo PT, e a agregação entre Norte e Centro-Oeste varia com o passar do tempo, possivelmente em função das políticas sociais implementadas pelo PT, mas com a queda do apoio após a crise econômica vivida pelo país a partir de 2014.

Em termos de autoposicionamento há, na escala de ideologia, uma variação importante. A pesquisa confirmou alguns efeitos da polarização no Brasil. O antipetismo, após um breve período de não associação significativa com a direita ao longo do governo Lula, volta a ser associado aos eleitores desse campo ideológico. Outro aspecto relevante é que em todas as ondas os eleitores antipetistas preferencialmente não têm preferência partidária, o que indica que a rejeição ao PT não implica uma adesão a outros partidos. No entanto, dos antipetistas que manifestam preferência, o PSDB lidera em 2014; já nas eleições de 2018 e 2022, o PSL e o PL, partidos pelos quais Jair Bolsonaro concorreu à presidência em cada um dos pleitos em que se candidatou, emergiram como as legendas preferidas dos antipetistas. Há evidências da personalização do antipetismo em figuras políticas de direita não associadas de forma estável à uma legenda específica.

Os resultados dos modelos de aprendizado de máquina utilizados neste artigo demonstram o impacto crescente do antipetismo como fator preditivo nas decisões de voto e avaliações de governo ao longo do tempo. A partir de 2006, o poder preditivo do antipetismo se intensificou, ultrapassando consistentemente o limiar de aleatoriedade (0,5) em todas as ondas subsequentes do Eseb. Esse salto reflete um alinhamento cada vez mais estreito entre rejeição ao PT e avaliações negativas dos governos petistas, culminando em 2018 e 2022, quando o antipetismo foi decisivo na polarização eleitoral.

O destaque do antipetismo como força preditiva reflete sua transformação de um fenômeno conjuntural para um elemento estruturante do comportamento político brasileiro. Isso foi particularmente evidente em 2022, quando não só previu o voto em candidatos opostos ao PT, mas também esteve associado a uma rejeição sistemática às avaliações positivas do governo, mesmo após um intervalo de seis anos do partido fora do poder. Esse resultado reforça a importância do antipetismo como uma variável central para compreender as dinâmicas eleitorais em contextos altamente polarizados, como o Brasil. O antipetismo vem se consolidando e tem estruturado as preferências eleitorais e atitudes políticas no país.

A investigação também demonstra a relevância de se explorar novas metodologias, como aprendizado de máquina, para captar dinâmicas complexas e identificar padrões que escapam às análises tradicionais.

Por fim, o artigo aponta para a necessidade de futuras pesquisas que investiguem as bases emocionais e cognitivas do antipetismo, buscando entender como os resultados aqui apresentados não apenas iluminam a complexidade do partidarismo negativo e sua manifestação no antipetismo, mas também revelam como esse fenômeno se entrelaça com as transformações políticas e sociais que moldaram o Brasil nas últimas décadas. Mais do que uma rejeição a um partido ou governo, o antipetismo emerge como um prisma por meio do qual segmentos significativos da sociedade enxergam o cenário político, canalizando frustrações, expectativas e temores.

Se, por um lado, o antipetismo tem demonstrado um processo em consolidação, como uma força estável e estruturante, por outro também reflete as fissuras de um sistema político polarizado. Esse não é apenas um sintoma do desgaste institucional ou das crises que assolaram o país, mas um fenômeno que, ao longo do tempo, tem moldado identidades, a percepção do que significa a democracia para um expressivo contingente do eleitorado e como este reage com outras dimensões políticas e sociais na formação de identidades eleitorais.

Referências

- ABRAMOVITZ, A. I.; MCCOY, J. “United States: racial resentment, negative partisanship, and polarization in Trump’s America”. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, [s.l.], v. 681, n. 1, p. 137-156, 2019.
- ABRAMOVITZ, A. I.; WEBSTER, S. W. The rise of negative partisanship and the nationalization of U.S. elections in the 21st century. *Electoral Studies*, [s.l.], v. 41, p. 12-22, 2016.
- ABRAMOWITZ., A. I.; WEBSTER, S. W. Negative partisanship: Why Americans dislike parties but behave like rabid partisans. *Political Psychology*, [s.l.], v. 39, p. 119-135, 2018.
- AMARAL, O. E. do. “Adaptação e resistência: o PT no Governo Lula entre 2003 e 2008”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, [s.l.], n. 4, p. 105-134, 2010.
- AMARAL, O. E. do. “The victory of Jair Bolsonaro according to the Brazilian Electoral Study of 2018”. *Brazilian Political Science Review*, [s.l.], v. 14, p. 1-14, 2020.
- AQUINO, J. A., Conservadorismo e ressentimento: duas fontes do antipetismo. In: SILVA, E. F. da; FROTA, F. H. da S.; SILVA, M. A. L. da (orgs.). *Atores políticos e dinâmicas eleitorais*. Fortaleza: Edmeta, p. 232-273, 2019.
- ARAÚJO, V. “Pentecostalismo e antipetismo nas eleições presidenciais brasileiras”. *Latin American Research Review*, [s.l.], v. 57, n. 3, p. 517-535, 2022.
- BEZERRA, C. D. P. “Os sentidos da participação para o Partido dos Trabalhadores (1980-2016)”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [s.l.], v. 34, 2019.
- BORBA, J.; GIMENES, E. R.; RIBEIRO, E. A. “Bases sociais, atitudinais e comportamentais do apartidarismo brasileiro”. *Novos Estudos CEBRAP*, [s.l.], v. 101, p. 27-55, 2015.
- BORGES, A.; VIDIGAL. “Do Lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras”. *Opinião Pública*, [s.l.], v. 24, n. 1, p. 53-89, 2018.
- BORGES, A.; VIDIGAL, R. (eds.). *Para entender a nova direita brasileira: polarização, populismo, antipetismo*. Porto Alegre: Zouk Editora, 2023.
- BRAGA, M. do S. S; PIMENTEL JR., J.T. “Os partidos brasileiros realmente não importam?”. *Opinião Pública*, [s.l.], v. 17, n. 2, p. 271-303, 2011.
- CAMPBELL, A. *et al.* *The American voter*. New York: John Wile, 1960.
- CARREIRÃO, Y. “Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006”. *Opinião Pública*, [s.l.], v. 13, n. 2, p. 307-339, 2007.
- CARREIRÃO, Y. “Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros”. *Opinião Pública*, [s.l.], v. 14, n. 2, p. 319-351, 2008.

CARUANA, N. J.; MCGREGOR, R. M.; STEPHENSON, L. B. “The power of the dark side: Negative partisanship and political behaviour in Canada”. *Canadian Journal of Political Science/Revue canadienne de science politique*, [s.l.], v. 48, n. 4, p. 771-789, 2015.

CONVERSE, P., The nature of belief systems in mass publics. *In*: APTER, D. (ed.). *Ideology and discontent*. New York: The Free Press of Glencoe, 1964.

DALTON, R. J. *The apartisan American: dealignment and changing electoral politics*. Washington, DC: Sage, 2013.

DAVIS, S.; STRAUBHAAR, J. “Producing antipetismo: media activism and the rise of the radical, nationalist right in contemporary Brazil”. *International Communication Gazette*, [s.l.], v. 82, n. 1, p. 82-100, 2020.

DOWNS, A. *An economic theory of democracy*. New York: Harper & Row Publisher, 1957.

FIORINA, M. *Retrospective voting in American national elections*. New Haven: Yale University Press, 1981.

HAIME, A.; CANTÚ, F. “Negative Partisanship in Latin America”. *Latin American Politics and Society*, [s.l.], v. 64, n. 1, p. 72-92, 2022.

HIMMEWEIT, H. *et al. How voters decide*. London: Academic Press Incorporation Ltda., 1981.

HUNTER, W. “The Partido dos Trabalhadores”. *Democratic Brazil Revisited*, [s.l.], v. 15, 2008.

IYENGAR, Shanto; SOOD, Gaurav; LELKES, Yphtach. “Affect, not ideology: A social identity perspective on polarization”. *Public opinion quarterly*, v. 76, n. 3, p. 405-431, 2012.

IYENGAR, Shanto; KRUPENKIN, Masha. The strengthening of partisan affect. *Political Psychology*, v. 39, p. 201-218, 2018.

KIM, S.; ZILINSKY, J. “Division does not imply predictability: demographics continue to reveal little about voting and partisanship”. *Political Behavior*, [s.l.], v. 46, p. 67-87, 2024. <https://doi.org/10.1007/s11109-022-09816-z>

KRAUSE, S.; SCHAEFER, B. M.. Political Parties in Brazil. Tradition and Trends in the New Democracy. *In*: POGUNTKE, HOFMEISTER, W.. (ed.). *Political Parties and the Crises of Democracy: Organization, Resilience, and Reform*. Oxford: Oxford University Press, p. 332-356, 2024.

LEE, A. H. Y. *et al.* “Negative partisanship is not more prevalent than positive partisanship”. *Nature Human Behavior*, [s.l.], v. 6, n. 7, p. 951-963, 2022.

LIPSET, S. M.; ROKKAN, S. (eds.). *Party systems and voter alignments*. New York: Free Press, 1967.

MANGOLIN, C. “Confluências políticas da pequena burguesia: o antipetismo de direita e de esquerda”. *Revista Lumen*, [s.l.], v. 2, n. 3, 2017.

MELO, Carlos Ranulfo. “Nau sem rumo? O sistema partidário brasileiro pós-redemocratização”. *Revista USP*, v. 134, p. 75-90, 2022.

MELÉNDEZ, Carlos. *The post-partisans: Anti-partisans, anti-establishment identifiers, and apartisans in Latin America*. Cambridge University Press, 2022.

MENEGUELLO, R. *PT: a formação de um partido*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1989.

MENEGUELLO, R. “O impacto do PT no sistema partidário”. *Brazilian Studies Programme*, Oxford, 27 de janeiro de 2012.

MONTGOMERY, J. M.; OLIVELLA, S. “Tree-Based Models for Political Science Data”. *American Journal of Political Science*, [s.l.], v. 62, n. 3, p. 729-744, 2018.

MOREIRA, T.; CAMARGOS, J. “O campeão voltou”? A natureza substantiva da ideologia de massa no Brasil”. *Opinião Pública*. v. 31, 2025.

NICOLAU, J. *O Brasil dobrou à direita*. Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2020.

NOGUEIRA, L. C. “O antipetismo religioso: a demonização dos governos petistas a partir do discurso umbandista”. *Revista Escritas*, [s.l.], v. 9, n. 1, p. 222-242, 2017.

NUNES, F.; TRAUMANN, T. *Biografia do abismo: como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Harper Collins, 2023.

OLIVEIRA, M. S. D. “Movimentos sociais em interação com partidos políticos: a experiência do movimento ambientalista com o Partido dos Trabalhadores”. *Opinião Pública*, [s.l.], v. 27, p. 585-622, 2021.

PAIVA, D.; BRAGA, M. do S. S.; PIMENTEL JR., J.T. P. “Eleitorado e partidos políticos no Brasil”. *Opinião Pública*, [s.l.], v. 13, n. 2, p. 388-408, 2007.

PAIVA, D.; KRAUSE, S.; LAMEIRÃO, A. P. “O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva”. *Opinião Pública*, [s.l.], v. 16, n. 3, p. 638-674, 2016.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.

POGUNTKE, T.; SCARROW S. “The politics of anti-party sentiment: Introduction”. *European Journal of Political Research*, [s.l.], v. 29, n. 3, p. 257-262, 1996.

POMPER, G. *Voter's choices*. New York: Harper & Row, 1975.

- POPKIN, S. *The reasoning voter*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. “Sentimentos partidários e atitudes políticas entre brasileiros”. *Opinião Pública*, [s.l.], v. 17, n. 2, p. 338-368, 2011.
- RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. “Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes”. *Opinião Pública*, [s.l.], v. 22, n. 3, p. 603-637, 2016.
- RIBEIRO, P. F. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. São Carlos: Edufscar, 2010.
- RIVAROLA, D. R. “Las mutaciones históricas del antipetismo y el fenómeno Bolsonaro”. *Perseu: História, Memória e Política*, [s.l.], v. 19, p. 244-283, 2020.
- RODRIGUES, A. C. “Descolamento eleitoral do antipetismo e baixo desempenho eleitoral do PSDB na eleição presidencial de 2018”. Rio de Janeiro, p. 1-95. Dissertação de Mestrado. UniRio, 2020.
- RODRIGUES, L. M. “A composição social das lideranças do PT”. *Partidos e Sindicatos: Escritos de Sociologia e Política*, [s.l.], 2009.
- ROSE, R.; MISHLER, W. “Negative and positive party identification in post-communist countries”. *Electoral Studies*, [s.l.], v. 17, n. 2, p. 217-234, 1998.
- RUSSO, G.; PIMENTEL, J.; AVELINO, G. “O crescimento da direita e o voto em Bolsonaro: causalidade reversa?”. *Opinião Pública*, [s.l.], v. 28, n. 3, p. 594-614, 2022.
- SAMUELS, D.; MELLO, F.; ZUCCO, C. “Polarization and perceptions of status gain and loss: the case of Brazil”. *Electoral Studies*, [s.l.], v. 23, n. 4, p. 1-22, 2024
- SAMUELS, D.; ZUCCO, C. *Partisans, anti-partisans, and non-partisans: voting behavior in Brazil*. New York: Cambridge University Press, 2018.
- SANTANA, C. H. V.; FERRARIO, M. N. “Crafting negative partisanship in Brazil and the rise of Bolsonaro”. *APSA*, [s.l.], 2024. Disponível em: <https://preprints.apsanet.org/engage/api-gateway/apsa/assets/orp/resource/item/66f1750312ff75c3a13838b1/original/crafting-negative-partisanship-in-brazil-and-the-rise-of-bolsonaro.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2025.
- SARTORI, G. *Partidos e sistemas partidários*. Brasília: Editora da UnB, 1982.
- SINGER, A. “A segunda alma do Partido dos Trabalhadores”. *Novos estudos CEBRAP*, [s.l.], p. 89-111, 2010.
- SOLANO, E.; ORTELLADO, P.; MOREIRA, M. (Ed.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- TELLES, H. “A direita vai às ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protestos antigoverno”. *Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais*, [s.l.], n. 19, 2016.

TORCAL, M.; GUNTHER, R.; MONTERO, J. R. “Anti-party sentiments in Southern Europe”. *Working Paper*, [s.l.], n. 170, 2001.

WEBSTER, S. W. It’s Personal: The big five personality traits and negative partisan affect in polarized U.S. politics. *American Behavioral Scientist*, [s.l.], v. 62, n. 1, p. 127-145, 2018.

Anexo 1 – Frequência das variáveis utilizadas

Variável	Categoria	2002	2006	2010	2014	2018	2022
Identidade partidária	Antipetista	11 (9-12)	10 (8-12)	14 (12-18)	11 (10-12)	34 (32-36)	30 (27-32)
	Partidário negativo	35 (33-37)	26 (23-29)	40 (36-44)	28 (26-30)	55 (53-57)	55 (53-57)
	Antipartidário	2 (2-3)	12 (10-14)	3 (2-4)	9 (8-10)	3 (2-3)	3 (2-4)
Sexo	Feminino	53 (51-55)	52 (49-56)	53 (49-57)	52 (50-54)	53 (51-54)	53 (50-55)
	Masculino	47 (45-49)	48 (44-51)	47 (43-51)	48 (46-50)	47 (46-49)	47 (45-50)
Escolaridade	Analfabeto até Ens. Fund. Comp.	56 (54-58)	63 (60-66)	46 (42-50)	48 (46-50)	40 (38-42)	38 (36-40)
	Ens. Médio Comp./Incomp.	31 (29-33)	27 (24-30)	37 (33-41)	35 (33-37)	38 (36-39)	40 (38-42)
	Superior Comp./Incomp.	13 (11-15)	10 (8-13)	17 (14-20)	17 (16-19)	23 (21-24)	22 (20-24)
Idade	16 a 24	19 (17-21)	25 (22-28)	20 (17-23)	17 (15-18)	17 (15-18)	16 (14-18)
	25 a 34	22 (20-24)	22 (19-25)	23 (20-26)	24 (22-26)	22 (20-23)	21 (19-23)
	35 a 44	24 (22-26)	20 (17-23)	19 (16-22)	19 (18-21)	21 (19-22)	20 (18-22)
	45 a 59	22 (20-24)	20 (17-23)	24 (21-27)	24 (23-26)	25 (24-27)	24 (22-26)
	60 anos ou mais	14 (13-15)	14 (11-16)	14 (12-17)	16 (14-17)	16 (15-17)	19 (17-21)
Região	Nordeste	25 (23-27)	27 (24-30)	21 (18-24)	26 (24-27)	26 (24-27)	27 (25-29)
	Norte/Centro-Oeste	9 (8-10)	12 (10-15)	14 (11-16)	16 (14-17)	16 (14-17)	15 (13-17)
	Sudeste	53 (51-55)	45 (42-49)	54 (50-58)	44 (42-46)	44 (42-46)	43 (41-45)
	Sul	13 (12-14)	15 (13-18)	12 (10-14)	15 (13-16)	15 (14-17)	15 (13-17)
Ideologia	Direita	19 (17-21)	24 (21-27)	27 (24-31)	27 (26-29)	43 (41-45)	46 (44-48)
	Centro	12 (10-13)	25 (22-29)	19 (16-22)	21 (19-22)	21 (19-22)	17 (15-19)
	Esquerda	9 (8-11)	9 (7-11)	14 (12-17)	8 (7-9)	15 (13-16)	22 (20-24)
	NS/NR	60 (58-63)	42 (38-45)	39 (36-43)	44 (42-46)	21 (20-23)	15 (14-17)
Possui partido	Sim	48 (46-50)	33 (30-36)	49 (45-53)	33 (31-35)	16 (14-17)	17 (16-19)
	Não	50 (48-53)	64 (61-67)	50 (46-54)	63 (62-65)	83 (82-85)	81 (79-83)
	NS/NR	2 (1-2)	3 (2-4)	0 (0-1)	4 (3-5)	1 (1-1)	1 (1-2)
Partido favorito	PT	26 (24-28)	22 (19-25)	29 (26-33)	18 (17-20)	10 (9-12)	15 (14-17)
	PSDB	5 (4-6)	4 (3-6)	9 (7-11)	7 (6-8)	1 (1-2)	1 (0-1)
	PFL/DEM/PSL/União	3 (3-4)	1 (0-2)	0 (0-0)	1 (0-1)	7 (6-8)	0 (0-1)

	PRONA/PR/PL	0 (0-1)	0 (0-0)	0 (0-0)	0 (0-0)	0 (0-0)	8 (6-9)
	Outros	12 (11-13)	6 (4-8)	11 (9-14)	7 (6-8)	7 (6-8)	5 (4-6)
	Nenhum	52 (50-55)	67 (64-70)	51 (47-55)	67 (65-69)	72 (70-74)	70 (68-72)
	NS/NR	1 (1-2)	1 (0-1)	0 (0-0)	1 (1-1)	3 (2-3)	1 (1-2)

Anexo 2 – Modelo de Regressão

	<i>Variável dependente: antipetismo</i>					
	2002	2006	2010	2014	2018	2022
Feminino	REFERÊNCIA					
Masculino	-0,034 (0,153)	-0,165 (0,243)	-0,199 (0,249)	-0,053 (0,123)	0,346*** (0,09)	0,224* (0,127)
Até 24 anos	REFERÊNCIA					
25 a 34 anos	0,372 (0,258)	-0,439 (0,345)	-0,032 (0,463)	-0,056 (0,192)	0,196 (0,145)	0,495** (0,225)
35 a 44 anos	0,473* (0,253)	-0,952** (0,416)	0,535 (0,443)	0,138 (0,203)	0,079 (0,15)	0,444** (0,226)
45 a 59 anos	0,486* (0,252)	0,255 (0,361)	0,482 (0,424)	0,186 (0,199)	0,315** (0,145)	0,791*** (0,222)
60 anos ou mais	0,970*** (0,267)	-0,657 (0,484)	0,922** (0,461)	0,334 (0,225)	0,323* (0,167)	0,892*** (0,251)
Nordeste	REFERÊNCIA					
Norte/Centro-Oeste	0,762*** (0,27)	1,845*** (0,545)	0,741* (0,397)	-0,224 (0,266)	0,770*** (0,149)	0,938*** (0,211)
Sudeste	0,426** (0,206)	1,476*** (0,459)	0,244 (0,358)	0,752*** (0,176)	0,811*** (0,119)	0,946*** (0,169)
Sul	0,493* (0,256)	1,609*** (0,508)	0,607 (0,385)	0,572** (0,229)	0,971*** (0,147)	0,700*** (0,207)
Analfabeto à Fundamental Comp.	REFERÊNCIA					
Médio Comp./Incomp.	0,162 (0,175)	0,154 (0,32)	0,325 (0,287)	0,608*** (0,152)	0,599*** (0,112)	0,796*** (0,162)
Superior Comp./Incomp.	0,274 (0,302)	1,038*** (0,342)	0,481 (0,353)	1,021*** (0,165)	0,777*** (0,122)	1,148*** (0,184)
Centro	REFERÊNCIA					
Direita	0,799*** (0,291)	0,726** (0,341)	1,286*** (0,381)	0,455*** (0,169)	0,770*** (0,121)	1,895*** (0,191)
Esquerda	-0,599 (0,444)	0,308 (0,463)	1,061** (0,517)	-0,216 (0,281)	-0,351** (0,172)	-1,438*** (0,319)
NS/NR	0,469* (0,269)	0,183 (0,335)	0,713* (0,371)	0,048 (0,172)	0,371*** (0,141)	-0,082 (0,271)
Não possui partido	REFERÊNCIA					
NS/NR	-0,651 (0,517)	-0,086 (0,783)	-13,413*** (0,835)	-0,804 (0,494)	-1,091 (0,682)	1,425** (0,665)
Possui partido	-0,326** (0,155)	0,025 (0,254)	-0,397 (0,267)	0,441*** (0,129)	-0,329*** (0,125)	-0,099 (0,166)

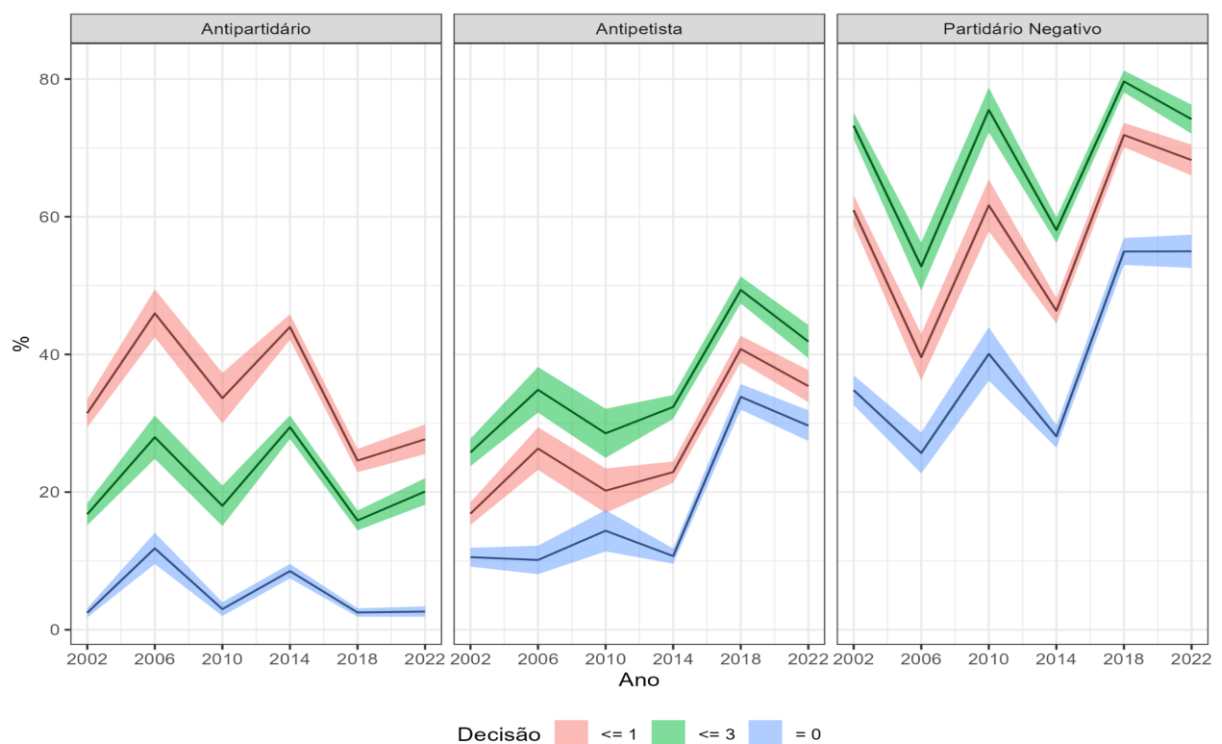
Constante	-3,326*** (0,384)	-3,680*** (0,585)	-3,242*** (0,541)	-3,385*** (0,284)	-2,423*** (-0,197)	-3,718*** (-0,327)
Observações	2.514	1.000	1.999	3.136	2.506	2.000
Log Likelihood	-830.516	-301.205	-758.243	-717.813	-1,492.073	-973.136
Akaike Inf. Crit.	1,693.031	634.409	1,548.485	1,467.626	3,016.146	1,978.273

Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Anexo 3 – Análise Suplementar com Diferentes Critérios de Decisão

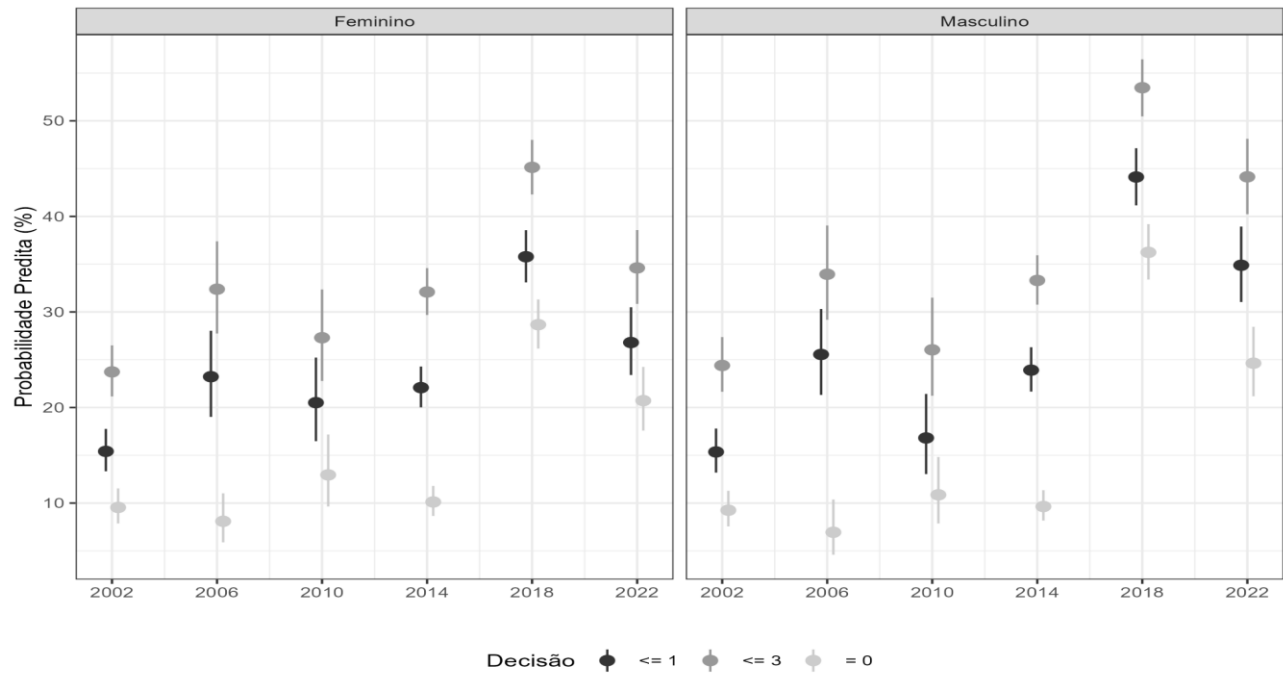
Neste anexo, apresentamos os padrões analisados no texto principal utilizando diferentes regras de decisão para classificar o partidário negativo. Variamos o critério em três formas. Primeiramente, utilizamos a avaliação dos partidos como igual a 0, como usada no texto principal e deve ser interpretado como a baseline nos gráficos a seguir, sendo essa a nossa medida mais conservadora. Comparamos essa medida com duas regras mais flexíveis: avaliação menor ou igual à 1 e avaliação menor ou igual à 3. Os resultados mostram que variar a regra de decisão tem um impacto no percentual geral de indivíduos classificados como antipartidários, antipetistas e partidários negativos, mas não afeta o padrão de relação entre as variáveis, que se mantém relativamente constante.

Gráfico 3.1 – Evolução geral do antipartidarismo, partidário negativo e antipetismo (2002-2022)



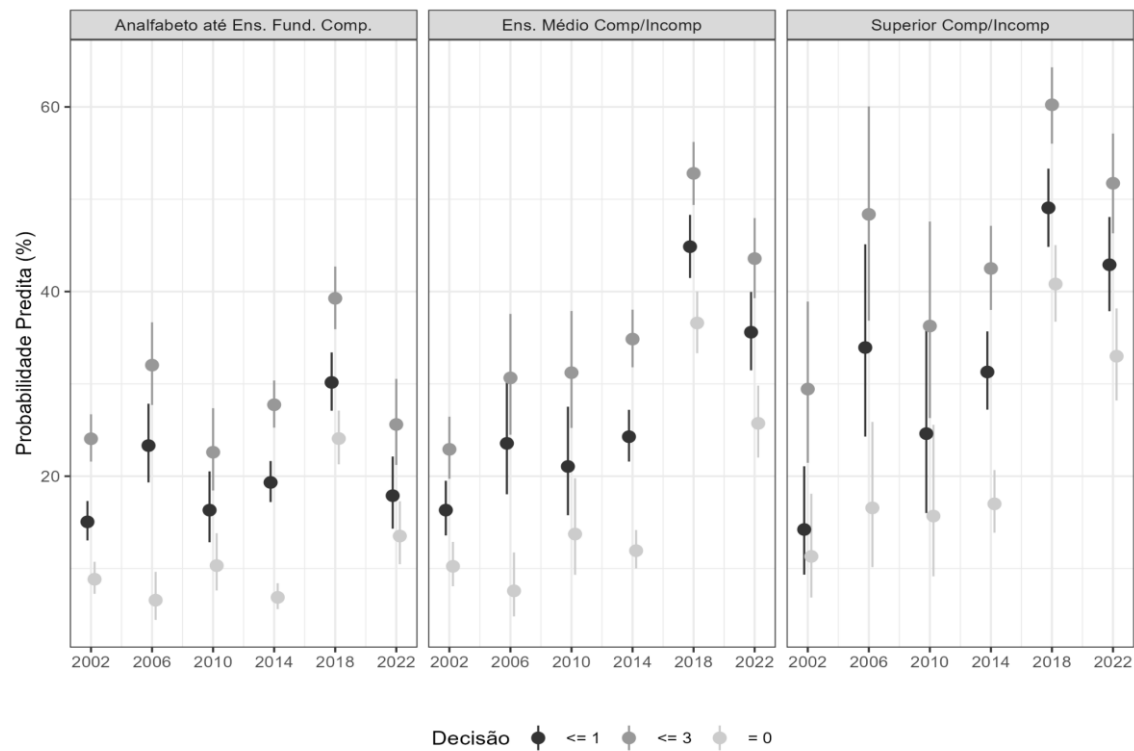
Fonte: Eseb (2002, 2006, 2010, 2014, 2018, 2022).

Gráfico 3.2 – Evolução do partidarismo negativo em relação ao PT por gênero



Fonte: Eseb (2002, 2006, 2010, 2014, 2018, 2022).

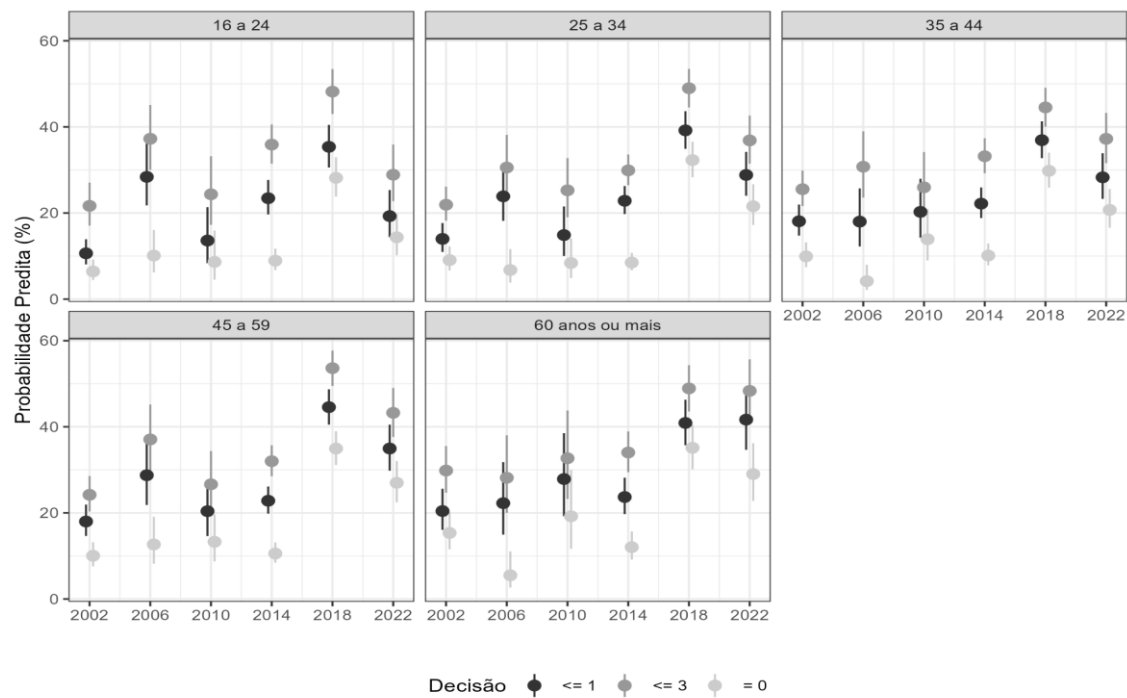
Gráfico 3.3 – Evolução do partidarismo negativo em relação ao PT por escolaridade⁹



Fonte: Eseb (2002, 2006, 2010, 2014, 2018, 2022).

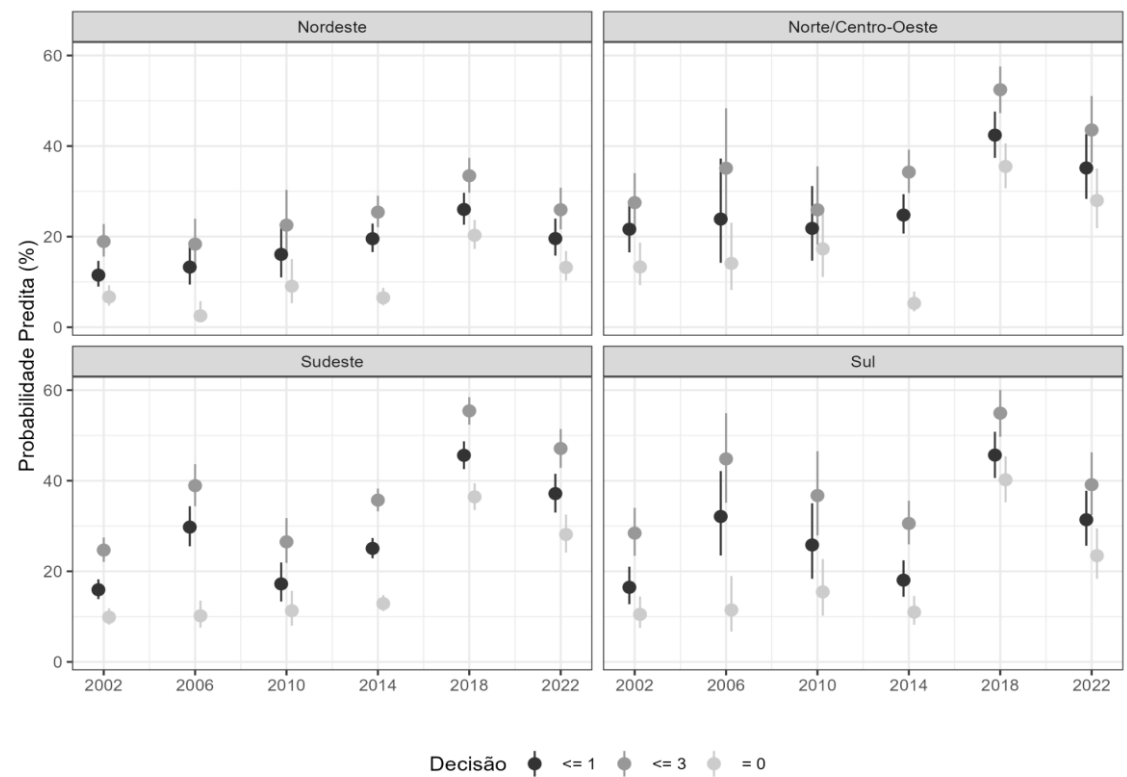
⁹ Os dados foram agregados em categorias que pudessem englobar as distinções existentes em cada ano.

Gráfico 3.4 – Evolução do partidarismo negativo em relação ao PT por faixa etária



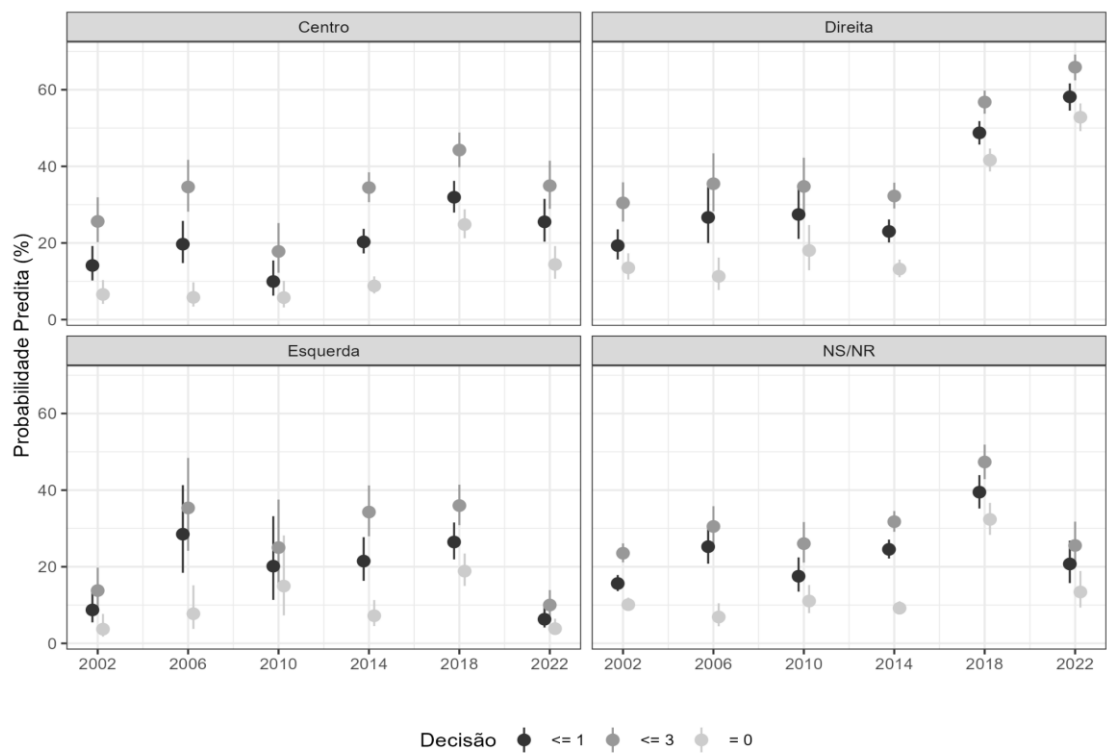
Fonte: Eseb (2002, 2006, 2010, 2014, 2018, 2022).

Gráfico 3.5 – Evolução do partidarismo negativo em relação ao PT por região



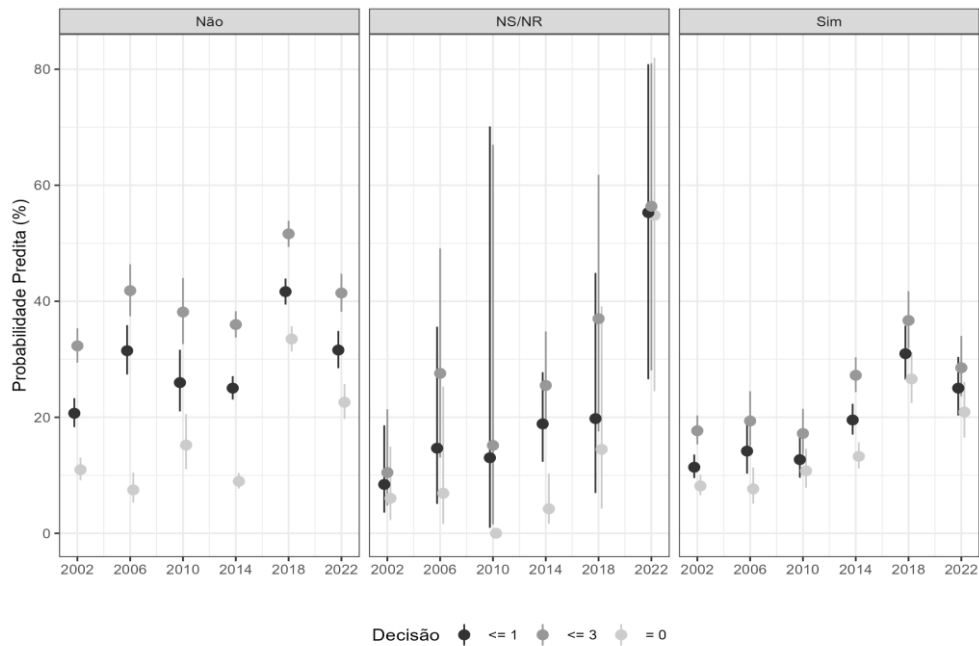
Fonte: Eseb (2002, 2006, 2010, 2014, 2018, 2022).

Gráfico 3.6 : Evolução do Partidarismo Negativo em relação ao PT por auto posicionamento ideológico



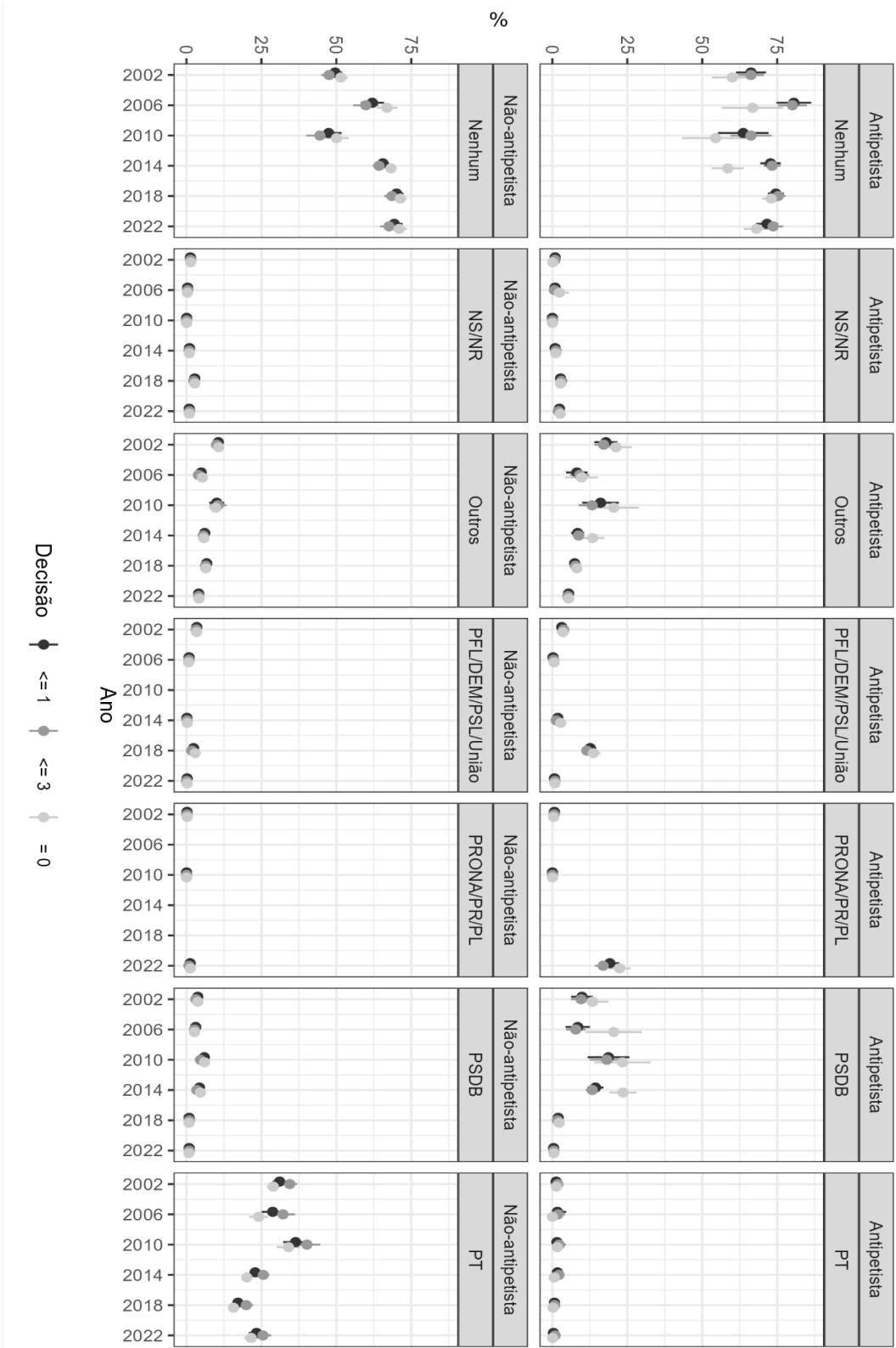
Fonte: Eseb (2002, 2006, 2010, 2014, 2018, 2022).

Gráfico 3.7 – Evolução do partidarismo negativo em relação ao PT por existência de preferência partidária



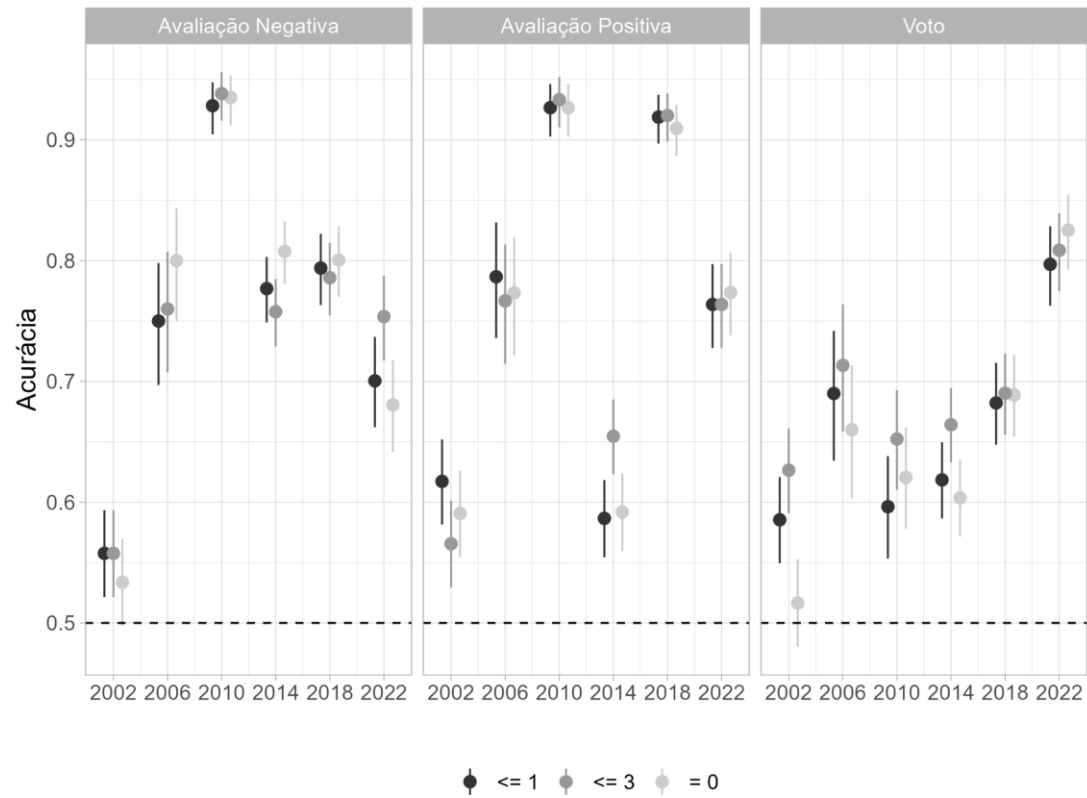
Fonte: Eseb (2002, 2006, 2010, 2014, 2018, 2022).

Gráfico 3.8 – Evolução do partidarismo negativo em relação ao PT por partido legenda de preferência



Fonte: Eseb (2002, 2006, 2010, 2014, 2018, 2022).

Gráfico 3.9 – Acurácia do antipetismo como predictor da decisão do voto e a avaliação do governo



Fonte: Eseb (2002, 2006, 2010, 2014, 2018, 2022).

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Autora 1: Silvana Krause, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Administração do projeto; Análise formal; Conceituação; Recursos; Curadoria de dados; Investigação; Metodologia; Redação; Supervisão; Validação.

E-mail: krauseufrgs@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5977-5175>

Autor 2: Thiago da Silva Sampaio, Universidade Federal do Pampa

Administração do projeto; Análise formal; Conceituação; Recursos; Curadoria de dados; Investigação; Metodologia; Redação; Supervisão; Validação.

E-mail: thiagosampaio@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-1178-0746>

Autor 3: João Cardoso L. Camargos, University of North Carolina at Chapel Hill

Administração do projeto; Análise formal; Conceituação; Recursos; Curadoria de dados; Investigação; Metodologia; Redação; Supervisão; Validação.

E-mail: Joao_C_Camargos@unc.edu

<https://orcid.org/0000-0001-7181-3461>

CONFLITO DE INTERESSES

Os autores declaram que não há conflito de interesse.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Declaração de uso de IA

Não houve utilização de ferramentas de Inteligência Artificial.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.